



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PRODUTO 1 – PLANO DE TRABALHO
RM São José do Rio Preto

SÃO PAULO
Agosto 2022



Sumário

APRESENTAÇÃO	2
INTRODUÇÃO	3
1. METODOLOGIA	5
1.1. Considerações gerais	5
1.2. Organização do plano de trabalho	6
2. ESCOPO DO TRABALHO POR FASES: PRODUTOS E ATIVIDADES	8
2.1. Questões gerais acerca das oito fases de trabalho	8
2.2. FASE 1 – Organização do repositório de dados, ajuste e adequação da plataforma digital....	9
2.3. FASE 2 – Ordenamento territorial – visão do território.....	13
2.4. FASE 3 – Panorama regional – desenvolvimento regional.....	17
2.5. FASE 4 – Diagnóstico.....	26
2.6. FASE 5 – Processo participativo – construção de consensos.....	28
2.7. FASE 6 – Caderno de Propostas – diretrizes e projetos de ação.....	31
2.8. FASE 7 – Subsídios ao PL.....	33
2.9. Apoio e infraestrutura	33
Atividades de comunicação social	33
3. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE.....	35
4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E MATRIZ DE RISCO.....	37
5. ALOCAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E CONSULTORES	40
6. REFERÊNCIAS	41
Anexos.....	41
Anexo 1. Áreas temáticas.....	41
Anexo 2. Áreas transversais.....	42
Anexo 3. Referências bibliográficas	43

APRESENTAÇÃO

Este Plano de Trabalho visa a atender uma demanda do governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Está organizado em torno dos parâmetros estabelecidos pela normatização – Estatuto da Metrópole (Lei federal 13.089/2015) - que rege a produção de Planos de Desenvolvimento Urbano e Integrados (PDUIs) pelos estados da Federação, e por condições institucionais, sociais, econômicas e urbanas, próprias à metrópole objeto deste estudo. A conjugação desses fatores, portanto, conduzirá a elaboração do PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP).

A elaboração de PDUIs envolve essencialmente um processo de planejamento baseado numa ampla organização e avaliação de dados, informações e contribuições de naturezas diversas - econômica, social, urbana, legal e ambiental.

O Plano de Trabalho, ora apresentado, busca justamente organizar a elaboração de estudos e produtos técnicos essenciais à formulação do PDUI, a ser desenvolvido em processo participativo em suas diferentes fases de formulação, e responde à complexidade de universos bastante diversos encontrados na RMSJRP.

O escopo do trabalho está detalhado a partir de cinco itens: O primeiro deles apresenta a metodologia a ser adotada, explicitando a natureza dos conteúdos presentes na produção de cada um dos produtos demandados. O segundo trata do escopo de trabalho e está organizado em fases indicando os produtos e o detalhamento das atividades a serem desenvolvidas, conforme estabelecido no escopo na proposta. No terceiro item, apresenta-se o processo de trabalho representado em uma matriz de responsabilidade. O quarto item estabelece o cronograma para a execução das atividades, com os prazos estimados para o desenvolvimento, tendo em vista as datas definidas para as entregas dos produtos e a matriz de riscos com identificação de pontos críticos. Finalmente, o último item traz a alocação da equipe técnica e de consultores nas áreas de conhecimento previstas e, em seguida, o conjunto de Anexos.

INTRODUÇÃO

Conforme apontado na proposta técnica, o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) se constitui em importante instrumento de planejamento metropolitano, inserido no contexto das questões urbano-regionais e nos marcos regulatórios interfederativos, dos quais faz parte a Unidade Regional de São José do Rio Preto.

O Estatuto da Metrópole, principal instrumento regulatório para formulação do PDUI, aponta a necessidade de fixar diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e execução das políticas públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelo estado. Deve ser elaborado democraticamente no âmbito da estrutura de governança interfederativa e aprovado por lei estadual.

Nesse sentido, o PDUI é essencial como instrumento norteador da atuação do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano (CDM), no campo das funções públicas de interesse comum para orientar a destinação dos recursos orçamentários, com destaque para os relativos aos Fundos Metropolitanos. O CDM constitui-se no principal instrumento da governança interfederativa, como elemento fundamental na instauração de consensos políticos sobre prioridades do desenvolvimento regional, bem como sobre projetos e ações para atendimento das demandas do desenvolvimento metropolitano e regional, envolvendo os três níveis de governo e a sociedade.

O **objeto do trabalho**, conforme a proposta apresentada, é assim definido: prestação de serviços especializados para realização de atividades de subsídios e de apoio técnico à elaboração do PDUI, para atender demanda de elaboração de estudos e produtos técnicos essenciais à sua formulação, a serem desenvolvidos em processo participativo em suas diferentes fases de formulação. Para tanto, os estudos devem contemplar a promoção de diretrizes para o planejamento, a execução e a gestão das Funções Públicas de Interesse Comum – FPICs, apontando as potencialidades de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, o enfrentamento dos problemas existentes.

Ressalta-se assim que, a elaboração do PDUI deve observar as disposições previstas no art. 12 do Estatuto da Metrópole, e que os estudos técnicos incorporem:

- ❑ Abrangência de todo o território, considerando as áreas urbanas e as rurais;
- ❑ Definição das diretrizes para as funções públicas de interesse comum;
- ❑ Macrozoneamento da unidade territorial urbana;
- ❑ Indicação de diretrizes aos municípios no que se refere ao parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- ❑ Diretrizes para a articulação intersetorial das políticas públicas;
- ❑ Delimitação de áreas com restrição à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental, cultural e ao controle sobre as áreas sujeitas a risco derivados de desastres ambientais, quando pertinente;
- ❑ Sistema de acompanhamento e gestão das disposições do PDUI.

O trabalho está organizado em quatro etapas:

- ❑ **Etapa 1 - Planejamento do trabalho:** detalha os procedimentos institucionais prévios a serem adotados pela SDR/Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos (SAM);

- ❑ **Etapa 2 - Diagnóstico Metropolitano:** constitui a produção técnica das fases executivas do trabalho, a saber: 1. Estruturação do repositório de dados; 2. Elaboração do diagnóstico (ordenamento territorial, panorama regional e diagnóstico);
- ❑ **Etapa 3 - Prognóstico Metropolitano:** consiste no processo participativo resultando no prognóstico de sugestões e consensos.
- ❑ **Etapa 4 - Minuta do Projeto de Lei** acompanhado do caderno de subsídios e da definição final do macrozoneamento.

Para efeito de encaminhamentos do trabalho, são necessárias **ações prévias** de âmbito institucional que assegurem o andamento dentro do cronograma físico estabelecido contratualmente. Como **primeira iniciativa**, destaca-se a necessidade de deliberação pelos **Conselhos de Desenvolvimento Regional**, instância de validação e aprovação dos conteúdos produzidos no âmbito do PDUI, sobre os ajustes e adaptações do Guia Metodológico (GM), que consiste no primeiro documento a ser pensado na plataforma digital da UR.

A segunda iniciativa requer que a SDR defina a composição e aprovação dos **Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs)**. Devem fazer parte dos GTTs, representantes do Governo do Estado, eventualmente integrantes do *mailing list* da estrutura institucional de secretarias das prefeituras municipais da UR e representantes da sociedade civil.

A Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da SDR, durante a vigência do contrato, será responsável pela condução dos processos de validação e aprovação dos produtos decorrentes deste acordo de prestação de serviço, para posterior disponibilização de tais documentos na plataforma digital do PDUI. A plataforma digital, sediada na SDR, é o canal de interlocução e comunicação dos diferentes agentes envolvidos no processo de construção do PDUI. Ressalta-se que, frente à evolução cíclica da crise sanitária em que se encontra o país, e valendo-se das inovações no uso de tecnologias de comunicação, adota-se a Plataforma Digital do PDUI como principal ferramenta de gestão do conhecimento do processo de trabalho, assim como de interlocução pública.

No sentido de manter o contratante informado do andamento dos trabalhos, serão realizadas reuniões mensais, com pautas previamente acordadas, originadas dos documentos discutidos nas oficinas regionais.

Como ponto de partida para início dos trabalhos, sugere-se a realização de uma reunião entre a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, o presidente do Conselho de Desenvolvimento da Unidade Regional e o procurador do Ministério Público da comarca. Essa reunião tem a finalidade de estabelecer mecanismos facilitadores do acompanhamento e da participação das oficinas regionais e das audiências públicas.

1. METODOLOGIA

1.1. Considerações gerais

O método geral de trabalho baseia-se na articulação de temas, questões e encaminhamentos; na correspondência entre concepção e implementação; na relação entre as instâncias de governo estadual e municipal, em especial entre municípios conurbados e seus respectivos papéis; e na inserção das contribuições e dos resultados do processo de participação social na formulação das diretrizes e posturas do PDUI.

O desafio de enfrentar a complexidade e diversidade de conteúdos e tarefas para produzir os quinze produtos que resultem no PDUI para a Região Metropolitana de São José do Rio Preto está, por um lado, em identificar a **natureza dos conteúdos** pertinentes do contexto regional, e por outro, **organizar a execução** das tarefas envolvidas, conforme veremos adiante.

A produção técnica compreenderá a realização dos **quinze produtos** conforme relaciona-se a seguir:

- P1 - Plano de trabalho;
- P2 - Mapeamento do macrozoneamento e zoneamento municipais;
- P3 - Mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais;
- P4 - Mapa preliminar de macrozoneamento;
- P5 - Panorama regional;
- P6 - Sistematização dos resultados das oficinas regionais;
- P7 - Diagnóstico final;
- P8 - Sistematização dos resultados dos GTs;
- P9 - Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas;
- P10 - Caderno Preliminar de Propostas;
- P11 - Sistematização dos resultados das audiências públicas;
- P12 - Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições;
- P13 - Caderno Final de Propostas;
- P14 - Mapa final do macrozoneamento e ordenamento do território;
- P15 - Cadernos de sustentação ao projeto de lei

Quanto à **natureza dos conteúdos** que compõem os produtos elencados acima, **três categorias** se destacam:

- a. **Estudos analíticos** que propiciam abordagens integradas;
- b. **Relatórios descritivos** que sistematizam e consolidam resultados das atividades relacionadas aos processos participativos e do andamento dos trabalhos;
- c. **Documentos orientadores** da elaboração do PDUI na RM, conforme explicitado adiante.

Os **estudos analíticos** articulam diferentes temáticas que contemplam a dimensão físico-territorial, a socioeconômica e os condicionantes legais, conforme cronograma apresentado (ver Item IV).

O desenvolvimento e execução dos quinze produtos foram organizados a partir de atividades correlacionadas (ver item II):

1. Organização de repositório de dados e ajuste e adequação da plataforma digital;
2. Ordenamento territorial – visão do território;
3. Panorama regional – desenvolvimento regional;
4. Diagnóstico;
5. Processo participativo – construção de consensos;
6. Caderno de propostas – diretrizes e projetos de ação;
7. Subsídios ao projeto de lei;
8. Apoio e infraestrutura.

1.2. Organização do plano de trabalho

Ações institucionais prévias

O processo de trabalho proposto tem como passo inicial a identificação, o detalhamento e as atividades que precedem o encaminhamento dos documentos técnicos a serem elaborados no âmbito deste contrato, ações necessárias para o fluxo do trabalho frente ao cronograma previsto. A referência adotada são as exigências previstas no Estatuto da Metrópole, bem como as práticas institucionais, às quais o fluxo dos documentos deve se ater. Envolve também procedimentos institucionais a serem adotados pela SDR/SAM.

A matriz de responsabilidades apresentada mais adiante (ver item 3) contém a relação entre os estudos e atividades previstos e detalhados neste Plano de Trabalho, cotejados com as responsabilidades dos diferentes agentes governamentais e da sociedade civil. Entre elas, pode-se citar a adaptação do guia metodológico, a estruturação da plataforma eletrônica do projeto para UR, a formação dos grupos de trabalho, a organização e agenda das oficinas regionais e das audiências públicas.

Etapas e conteúdos do plano de trabalho

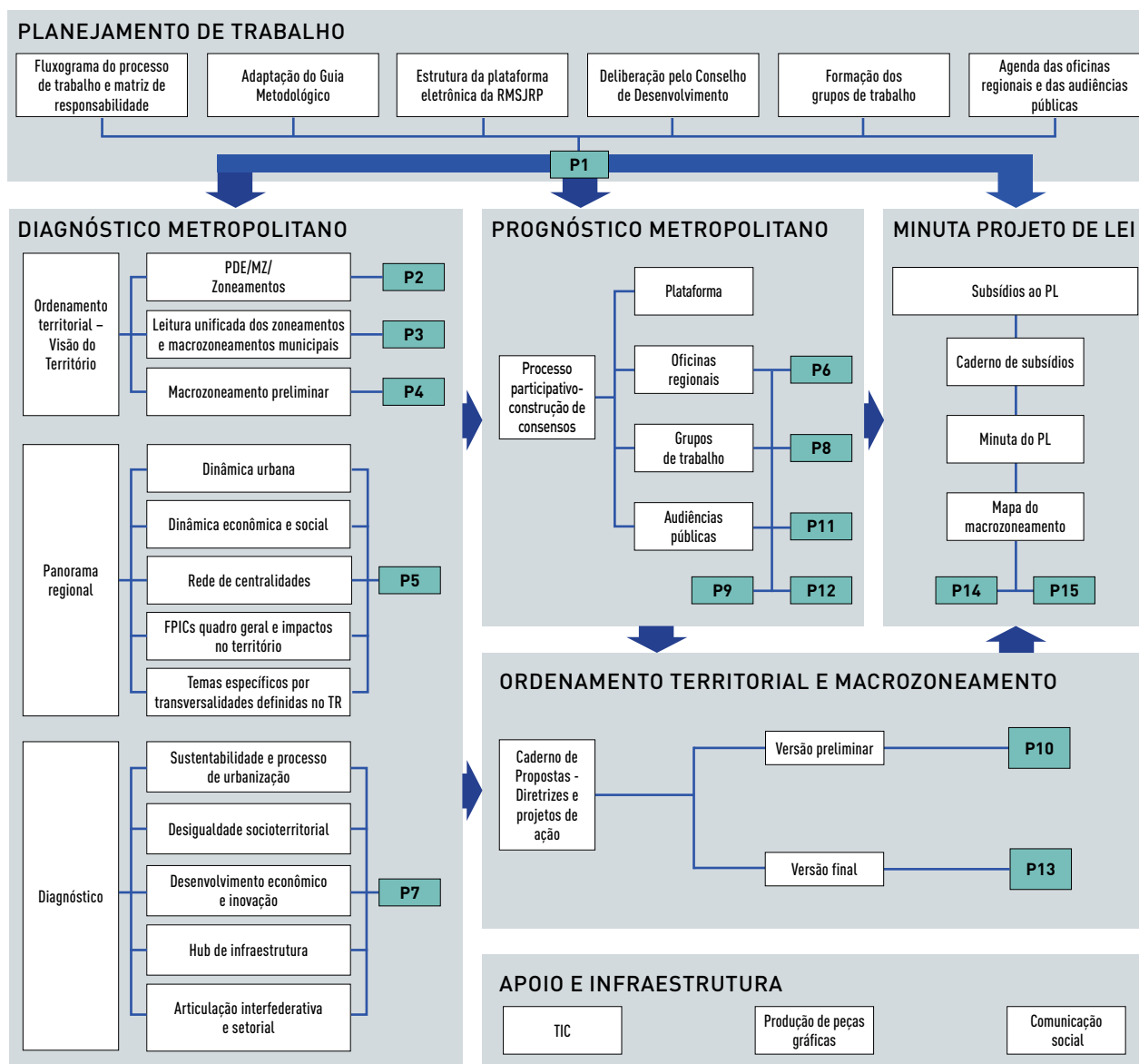
O **Diagnóstico Metropolitano** é uma etapa simultaneamente instrumental e analítica. Reúne os elementos necessários para o reconhecimento qualificado de cada unidade regional, constituindo a produção técnica de fases executivas do trabalho, a saber:

1. Estruturação do repositório de dados;
2. Produção de diagnóstico (ordenamento territorial, panorama regional e diagnóstico).

O **Prognóstico Metropolitano** é a etapa relacionada ao processo participativo, que busca ampliar e compartilhar os estudos técnicos com sugestões e consensos advindos dos interesses de diferentes instituições e da sociedade. A elaboração dos conteúdos referentes ao PDUI da UR, objeto de estudo – se conclui com a definição do macrozoneamento, da minuta do projeto de lei e do caderno de subsídios.

O quadro a seguir permite uma **visão geral** do desenvolvimento do trabalho, identificando as etapas mencionadas acima com as questões objeto de análise e os quinze produtos resultantes.

FIGURA 1. Organização do processo de trabalho e produtos



2. ESCOPO DO TRABALHO POR FASES: PRODUTOS E ATIVIDADES

2.1. Questões gerais acerca das oito fases de trabalho

A elaboração do **repositório de dados** é orientada por **áreas temáticas** que **organizam a prospecção de dados, os levantamentos e mapas correspondentes**, imprescindíveis para o reconhecimento dos territórios de cada UR. São as áreas temáticas, portanto, que orientam e organizam os levantamentos da **FASE 1 – Estruturação do repositório de dados e ajuste e adequação da plataforma digital**.

Nesta fase, detalha-se os aspectos que devem ser contemplados - conteúdos e levantamentos de dados – atribuídos a cada uma das áreas temáticas listadas abaixo. Conforme dito em itens anteriores, são esses dados que conduzem também a elaboração do Panorama Regional e do Diagnóstico (Fase 3 e 4).

a) As áreas temáticas¹ são organizadoras do repositório de dados

As **áreas temáticas** foram definidas a partir de aspectos essenciais para o ordenamento e visão territorial com compromisso de desenvolvimento regional e são as seguintes:

1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades;
2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos;
3. Mobilidade, transporte e logística;
4. Estrutura produtiva urbana e rural, conhecimento e tecnologia;
5. Patrimônio ambiental e recursos hídricos;
6. Infraestrutura urbana;
7. Gestão pública e governança regional.

b) As áreas transversais² são orientadoras da análise

As análises e interpretações dos dados cruzam mapeamentos de diferentes áreas temáticas orientadas pelo elenco das **áreas transversais**, que são analíticas, e contribuem para desenvolver e equacionar questões norteadoras do PDUI.

As **cinco áreas transversais** que serão retomadas na Fase 4 – Diagnóstico são as seguintes:

1. Sustentabilidade e processo de urbanização - correlacionar patrimônio ambiental e recursos hídricos com as condições de desenvolvimento econômico e social, na unidade regional;
2. Desigualdade socioterritorial - analisar a vulnerabilidade social e territorial e a forma de inserção dos municípios nas dinâmicas regionais;
3. Desenvolvimento econômico e inovação - avaliar a diversidade de atividades econômicas, perspectivas de investimento e crescimento e as condições de promoção de um ambiente inovativo na unidade regional, seja mediante políticas específicas ou pela sinergia de agentes econômicos existentes;
4. Hub de infraestrutura - avaliar as potencialidades e condições de distribuição e funcionamento das redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional;

¹ Ver detalhamento dos temas no Anexo 1 – Áreas Temáticas.

² Ver detalhamento das Áreas Transversais e questões a serem abordadas no Anexo 2 - Áreas Transversais.

5. Articulação interfederativa e setorial - relacionar os órgãos e instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e os níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais.

O **diagnóstico**, elaborado na Fase 4, é um importante **produto síntese** deste estudo e dará consistência ao PDUI – objeto de trabalho – e será incorporado ao Caderno Preliminar de Propostas. Sua produção se apoia nos estudos e resultados das Fases 2 e 3, e tem como abordagem os seguintes aspectos orientadores da análise: _

- Sustentabilidade e processo de urbanização;
- Desigualdade socioterritorial;
- Desenvolvimento econômico e inovação;
- Hub de infraestrutura e articulação interfederativa e setorial.

Essa listagem prévia dos temas poderá ser modificada em função da disponibilidade de informações. Da mesma forma, o conjunto de áreas transversais poderá sofrer ajustes conceituais ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Como resultante tem-se que as áreas temáticas e as áreas transversais conduzem a organização dos dados e o desenvolvimento das análises das seguintes Fases de Trabalho – 1, 2, 3 e 4 – que, juntamente com as contribuições do processo participativo – Fase 5 –, consolidarão os conteúdos principais de cada PDUI.

2.2. FASE 1 – Organização do repositório de dados, ajuste e adequação da plataforma digital

2.2.1. Organização do Repositório de Dados Georreferenciado da Unidade Regional (UR)

A UR terá inicialmente um repositório de dados de informações secundárias disponíveis sobre os diferentes temas a serem abordados no PDUI. Essas informações poderão ser complementadas pelas equipes específicas de cada tema no decorrer do desenvolvimento do trabalho.

A organização dos dados municipais deverá conter os elementos essenciais necessários para uma visão integrada dos municípios que compõem a Unidade Regional. Entre os elementos essenciais pode-se, de antemão, apontar o sistema viário local e regional e sua relação com sistemas regionais mais amplos, bem como equipamentos de âmbito regional como hospitais de referência, equipamentos de educação como ensino profissionalizante, universidades, centros de pesquisa, entre outros que atendam mais de um município; sistemas de abastecimento de água, resíduos sólidos, para citar alguns.

O conjunto dos dados municipais da UR será organizado no formato de tabelas, armazenadas de forma estruturada em um repositório de dados, juntamente com a cartografia elaborada, os gráficos e os resultados de seus cruzamentos e análises. Esse repositório, que será compartilhado entre a equipe de trabalho, migrará para a plataforma digital do PDUI à medida que seus produtos forem concluídos, ficando disponíveis para acesso público. O repositório, portanto, constitui um meio de disseminação de todo o conhecimento acumulado e manutenção dos dados digitais produzidos.

Diretrizes para a organização dos dados

- ❑ Quanto aos períodos analisados, serão usados dados a partir de 2010 até os mais atuais disponíveis;
- ❑ Quanto aos dados anuais decorrentes de séries mensais, deve-se trabalhar com o mês-dezembro de cada ano;
- ❑ Quanto à identificação da abrangência dos sistemas, considerar as instâncias nacional, estadual, regional e municipal;
- ❑ Quanto à escala adotada para os mapeamentos, deve ser compatível com planejamento metropolitano;
- ❑ Quanto à escala das apresentações, deve ser adequada à produção de cartogramas.

A estrutura do repositório de dados em suas áreas temáticas (listadas no item II.1 a) deverá se ater aos seguintes pontos para subsidiar as análises dele decorrentes:

1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades

- 1.1. Caracterização do uso e ocupação do solo;
- 1.2. Inserção da unidade regional na rede urbana paulista;
- 1.3. Caracterização da área urbanizada: padrões de parcelamento do solo, descontinuidades, processo de expansão e vetores de crescimento;
- 1.4. Aspectos demográficos: população total (urbana e rural), densidade demográfica, Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) (urbana e rural), taxa anual de migração, saldo migratório anual – migração pendular;
- 1.5. Regulação urbanística municipal: planos diretores, macrozoneamento, zonas especiais, perímetro urbano, instrumentos urbanísticos, programas de regularização fundiária;
- 1.6. Agenda de projetos estruturantes em âmbito municipal e regional;
- 1.7. Rede de centralidades (convergência de polos de usos comerciais e serviços, concentração de equipamentos urbanos e alta oferta de empregos e atratividade municipal).
- 1.8. Habitação – qualidade e demanda;
- 1.9. Atividades, e dependências econômicas;
- 1.10. Rede de saúde, centralidades e dependências;
- 1.11. Rede de educação, centralidades e dependências;
- 1.12. Patrimônio histórico e cultural;
- 1.13. Limites territoriais entre os municípios e possíveis conflitos;
- 1.14. Identificar possíveis conurbações entre municípios e impactos da legislação.

2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos

- 2.1. Indicadores de vulnerabilidade socioterritorial: IDH-M, IPVS, IPRS (grupos, municípios geral, riqueza, longevidade, escolaridade), indicadores de educação (Inep);
- 2.2. Aspectos demográficos: renda, escolaridade, mortalidade infantil, expectativa de vida, razão de dependência e pirâmide etária;
- 2.3. Caracterização de assentamentos precários;
- 2.4. Caracterização da política habitacional: regulação, sistema de planejamento e financiamento;

- 2.5. Análise da produção habitacional, ações de regularização e intervenções específicas;
- 2.6. Distribuição e acesso a serviços e equipamentos públicos: polos de cultura, educação, esporte e rede de saúde de abrangência regional;
- 2.7. Áreas de ocupação informal ou com predomínio de precariedade urbana e socioambiental.

3. Mobilidade, transporte e logística

- 3.1. Avaliação da conectividade intermunicipal, da abrangência e oferta das infraestruturas de mobilidade;
- 3.2. Caracterização dos deslocamentos: intermodalidade e identificação de movimentos pendulares regionais;
- 3.3. Sistema viário de abrangência regional;
- 3.4. Sistema ferroviário de abrangência regional, quando pertinente;
- 3.5. Transporte de cargas e polos logísticos, quando pertinente;
- 3.6. Planos, programas e projetos de abrangência regional;
- 3.7. Estrutura de gestão e integração dos sistemas de mobilidade.

4. Dinâmica econômica

- 4.1. Perfil econômico dos municípios e da unidade regional: produto interno bruto (PIB), inserção e peso do município na dinâmica econômica regional;
- 4.2. Caracterização da cadeia produtiva da unidade regional: comércio, serviços, complexo da saúde, logística, base industrial e suas transformações;
- 4.3. Composição do valor adicionado bruto por atividade econômica (PIB Setorial);
- 4.4. Índice de localização do valor adicionado (indústria, serviços e agropecuária);
- 4.5. Perfil e evolução do número de estabelecimentos;
- 4.6. Comércio exterior – exportação e importação – principais produtos;
- 4.7. Desequilíbrios na distribuição de ativos urbanos e econômicos (equipamentos públicos de inserção regional – aeroportos, polos de mobilidade, complexos de saúde, polos de ensino superior e pesquisa – complexos tecnológicos e industriais, incubadoras, grandes centros comerciais);
- 4.8. Aspectos demográficos: população ocupada e população economicamente ativa (PEA);
- 4.9. Caracterização dos empregos formais e sua distribuição regional. Rendimentos médios. Índice de localização dos empregos de alta e média-alta intensidade tecnológica da indústria;
- 4.10. Políticas voltadas à geração de emprego e renda;
- 4.11. Investimento e intenções de investimento;
- 4.12. Qualificação da mão de obra – políticas, programas e equipamentos (Etec, Fatec, Senai etc.);
- 4.13. Inovação e economia criativa: políticas, programas, identificação de núcleos;
- 4.14. Potencial turístico;
- 4.15. Caracterização da produção agrícola rural e agricultura urbana. Valor da produção rural, área colhida dos principais produtos.

5. Dinâmica ambiental e recursos hídricos

- 5.1. Sistema de áreas verdes e áreas protegidas;
- 5.2. Áreas de risco ambiental e fragilidades ambientais;
- 5.3. Recursos e demanda hídricos: aspectos hidrográficos, físicos, quantitativos e qualitativos das águas;
- 5.4. Níveis de reconhecimento, mapeamento e monitoramento do patrimônio ambiental;
- 5.5. Políticas e instrumentos de proteção de áreas de interesse ambiental;
- 5.6. Conjuntos paisagísticos, unidades ambientais e complexos culturais e ambientais identificados em âmbito estadual ou municipal;
- 5.7. Presença de políticas voltadas ao tema das mudanças climáticas: perspectivas de mitigação em relação aos eventos extremos. Resiliência urbana;
- 5.8. Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações e outros mapeamentos relacionados à prevenção de desastres naturais, quando possível, de acordo com os dados disponíveis.

6. Infraestrutura urbana

- 6.1. Panorama da política municipal e regional do saneamento – estrutura institucional, planejamento e integração de sistemas;
- 6.2. Abastecimento e segurança hídrica – caracterização, índice de perdas, desafios e planos de expansão;
- 6.3. Esgotamento sanitário - abrangência, níveis de coleta e tratamento e planos de expansão;
- 6.4. Drenagem e manejo das águas pluviais – macrodrenagem, fragilidades locais e planos de expansão;
- 6.5. Gestão dos resíduos sólidos – cobertura da coleta e processamento;
- 6.6. Matriz energética – caracterização, consumo de energia elétrica (residencial e industrial por setor) e planos de diversificação.

7. Gestão pública e governança regional

- 7.1. Estrutura de articulação regional: conselhos, consórcios, integração regional, atores estratégicos;
- 7.2. Transparência na gestão pública;
- 7.3. Quadro fiscal dos municípios: arrecadação, capacidade de investimento e endividamento;
- 7.4. Órgãos, instrumentos e sistemas integrados de planejamento, gestão e monitoramento das ações públicas.

2.2.2. Plataforma digital

A plataforma digital é o instrumento tecnológico para registro de documentos, de eventos e promoção de processos participativos e de comunicação. Além dos documentos-chaves, serão publicados os produtos derivados da contratação, bem como a agenda de reuniões, encontros, oficinas, audiências e outros eventos, reforçando seu papel de disseminação de informações e de recurso de acompanhamento, consulta e participação. Ela será alimentada durante todo o processo de produção do PDUI, gerenciada pela Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos com apoio da equipe Fipe.

A plataforma digital, enquanto ferramenta de trabalho, promove a integração e compartilhamento do conhecimento produzido pelos diversos grupos, com a equipe interna e com os agentes externos. Esse trabalho exige velocidade e fluidez na disponibilização dos conteúdos e, portanto, precisa ser realizado em equipe.

O **recebimento das propostas** encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil após as audiências públicas é a atividade que exigirá mais atenção. Ao receber as propostas, a equipe formata o conteúdo no formulário padrão e identifica os temas. Em seguida, envia em formato *word* aos responsáveis pelas equipes técnicas e grupos de trabalho, de acordo com a temática. Na sequência, a proposta é encaminhada, em formato PDF, para sua inserção na Plataforma. Importante frisar que algumas propostas e seus comentários precisam ser analisados e respondidos pelos técnicos.

A implantação da plataforma digital – será estruturada com os elementos tecnológicos compatíveis e disponíveis no ambiente da SDR.

No âmbito da plataforma digital, para atender ao Ministério Público e às procuradorias municipais, haverá uma organização em pastas separadas por municípios contendo: programação, lista de presença, texto da apresentação, fotos, material de divulgação do estado e das prefeituras municipais, mídia da gravação da reunião e ata.

Como orientação para a plataforma digital, será necessário definir regras e condições para garantir a publicação dos documentos junto à SDR.

2.3. FASE 2 – Ordenamento territorial – visão do território

Este item está estruturado a partir da tríade, macrozoneamento, estratégias para ação metropolitana e áreas de interesse metropolitano, assim entendida:

- i. Macrozoneamento: exigência do Estatuto da Metrópole, desenha grandes perímetros no território, em função de características homogêneas em termos de ocupação urbana, vocação ambiental e de diretrizes quanto à articulação dos municípios e do desenvolvimento regional. Sua função é orientar o planejamento do uso e ocupação do solo na unidade regional, servindo de referência para a revisão de planos municipais;
- ii. Estratégias para ação metropolitana: têm por função básica promover a articulação setorial das diversas políticas de âmbito regional. As estratégias deverão coincidir com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos;
- iii. Áreas de Interesse Metropolitano: recortes específicos do território que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais mediante regulações especiais e a utilização de instrumentos urbanísticos.

As atividades a serem realizadas para o desenvolvimento dos produtos previstos são as seguintes:

a. Pontos a serem abordados

- Plano Diretor (PD)/macrozoneamento (MZ)/zoneamento;
- Estratégias de ação;

- Redes de centralidade intraurbana derivada do Plano Diretor;
- Proposta preliminar de MZ metropolitano.

b. Questões gerais

- As análises das dinâmicas urbanas deverão privilegiar uma visão integrada dos municípios que compõem a Unidade Regional;
- Para além dos levantamentos dos planos diretores existentes da regulação urbanística e os planos setoriais, as informações consolidadas de cada município deverão conduzir a formulação preliminar do macrozoneamento, as estratégias para ações metropolitanas e regionais e a definição pertinente de áreas de interesse e metropolitano;
- É fundamental a identificação das dinâmicas urbanas que estruturam o território municipal e suas relações com as questões regionais: identificação dos impactos da expansão urbana e impactos ambientais; caracterização da área urbanizada e sua dispersão; características da desigualdade socioterritorial; presença da inovação no uso e ocupação do solo; identificação dos pontos de articulação de transporte local e regional; identificação a partir de fontes secundárias das precariedades apontadas no Plano Diretor, especialmente no que se refere a saneamento básico – abastecimento e destino de resíduos; verificar a presença de consórcios e planos de ações integradas existentes; projetos estruturantes de âmbito municipal e regional;
- Aspectos relativos à gestão de uso do solo e disfunções do crescimento urbano devem ser observados para o enfrentamento da precariedade urbana e habitacional;
- Com relação ao MZ Metropolitano serão estabelecidos conceitos comuns que viabilizem a compatibilização definida nos planos diretores municipais;
- As estratégias para ação metropolitana deverão ter como princípio promover a integração das FPICs e minimizar desequilíbrios, tendo em vista o desenvolvimento urbano metropolitano;
- As áreas sujeitas às restrições de urbanização, conforme estabelecidas pelo Estatuto da Metrópole, serão abordadas pelo ordenamento territorial, seja por meio das macrozonas ou por meio das áreas sujeitas a ações estratégicas;
- Ao identificar centralidades locais, considerar as funções que as mesmas cumprem nos distintos contextos municipais e regionais.

c. Questões específicas

- Considerar aspectos da formação e estruturação urbana recente dos municípios pertencentes à UR e sua relação funcional;
- Identificar as dinâmicas contemporâneas e as disfuncionalidades que ela gera;
- Caracterização da UR a partir da compreensão dos municípios que a compõe. Obras estruturais que permitiram a sua configuração;
- Considerar o papel central da mobilidade e da acessibilidade para o desenvolvimento socioeconômico como fator fundamental da inserção regional dos municípios;
- A importância dos “nós de mobilidade” como agentes estimuladores da atividade econômica no interior do território regional. Identificar atividades econômicas em áreas urbanas de relevância para o contexto regional reconhecidas como centralidades;

- ❑ Avaliar o crescimento urbano ilegal em áreas de proteção ambiental que comprometem o desenvolvimento sustentável;
- ❑ Identificar instrumentos específicos dos planos diretores voltados à reorganização das atividades econômicas;
- ❑ Avaliar instrumentos e ações de regularização fundiária nos municípios com foco nos territórios onde predominam precariedade habitacional e urbana, visando sua inclusão socioambiental.

d. Produtos e atividades

P2. Mapeamento do macrozoneamento e zoneamento municipais:

AT-1. Mapeamento dos zoneamentos e macrozoneamentos dos planos diretores municipais visando uma Leitura Unificada.

A leitura do zoneamento existente nos municípios da UR e a análise dos seus planos diretores e leis de uso e ocupação do solo permitem identificar, de um lado, a possibilidade de existência de conflitos entre legislações e políticas municipais e, de outro, facilitar o reconhecimento de potencialidades que possam ter expressão em um contexto de maior dinamismo regional, com vistas a subsidiar o macrozoneamento regional.

AT-1.1. Levantamento de leis municipais referentes ao território (planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, leis de perímetro urbano, zonas especiais ou outras de regulamentação do território municipal).

Para obtenção junto às prefeituras das informações e material necessários, é fundamental a indicação, pelas mesmas, de órgãos e representantes/gestores municipais a serem contatados e envolvidos nos trabalhos do PDUI.

AT-1.2. Levantamento de contatos para interlocução técnica para:

Envolvimento e esclarecimentos sobre o PDUI junto aos órgãos das prefeituras para explicitar a necessidade e a importância da colaboração dos municípios;

Solicitação junto aos setores afins das prefeituras das informações relativas à legislação urbanística e de outras que tenham relevância para a análise regional.

AT-1.3. Mapeamento dos zoneamentos, macrozoneamentos, perímetros urbanos e zonas especiais, a ser realizado pela Fipe.

Atividades que se referem à vetorização dos componentes territoriais das leis municipais, mapeando zoneamento e macrozoneamento, quando houver, assim como zonas especiais, essencialmente as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) e Zonas Especiais de Interesse Ambiental (Zeia) e perímetros urbanos.

Entrega do Produto 2: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P3. Mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais:

AT-2. A compatibilização entre as diversas nomenclaturas e conceitos adotados pelos municípios em suas legislações é fundamental para a construção do macrozoneamento regional. Para tanto,

é necessário a identificação dos principais conceitos, características e diretrizes das zonas e macrozonas definidas nas legislações municipais, agregando-as de acordo com sua função predominante, para gerar uma legenda única de macrozonas compatibilizadas.

AT-2.1. Produção de relatórios municipais para validação de conceitos e sua aplicação junto aos municípios.

A validação junto aos municípios dos conceitos das macrozonas visa garantir a coerência do macrozoneamento regional.

Serão elaborados relatórios municipais apresentando as soluções encontradas no processo de compatibilização, relacionadas à interpretação do texto das leis municipais ou à ausência de informações, para apreciação e validação junto aos municípios. Esta atividade é essencial, uma vez que embora alguns municípios possuam caracterização, objetivos e diretrizes de cada zona/macrozona bem detalhados no texto da lei, outros podem apresentar somente a divisão das zonas/macrozonas, sem detalhamento das suas funções.

Entrega do Produto 3: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P4. Mapa preliminar de macrozoneamento:

AT-3. O mapa preliminar do macrozoneamento deve apresentar o resultado do trabalho de construção da proposta de ordenamento territorial regional. Essa proposta preliminar norteará as discussões, tendo em vista a interação entre as realidades municipais, suas dinâmicas econômicas regionais e seus planos diretores, a partir de diretrizes e estratégias.

Deverão ser absorvidos na concepção e na elaboração do macrozoneamento os insumos técnicos oriundos do diagnóstico final, que deverá orientar as discussões sobre as diretrizes do PDUI, relativas ao ordenamento territorial da UR. Deverão ser definidas diretrizes para parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, as quais deverão ser consideradas no macrozoneamento e suas respectivas estratégias.

São atividades para a elaboração do macrozoneamento:

AT-3.1. Formalização de contato com as prefeituras para que seja indicado, pelo menos, um técnico da área de planejamento para subsidiar informações do macrozoneamento municipal;

AT-3.2. Elaboração de metodologia, incorporando as atividades exigidas para a elaboração da leitura unificada;

AT-3.3. Suporte à discussão com profissionais dos municípios quanto aos aspectos técnicos baseados na leitura dos planos diretores municipais realizando:

- Atualizações e correções no mapa da leitura unificada durante o processo de elaboração do macrozoneamento;
- Produção de novos mapas temáticos com as informações da leitura unificada durante as diferentes fases do trabalho;
- Análises e subsídios técnicos para a construção do macrozoneamento regional nas diferentes etapas de sua elaboração e de sua finalização.

AT-4. Produção de mapas temáticos e realização de cruzamento espaciais para análises das funções espaciais da região, incluindo:

- Levantamento e mapeamento dos dados existentes relacionados às áreas de riscos ambientais essenciais à construção do macrozoneamento: cartas de setorização de riscos; cartas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações; cartas geotécnicas de aptidão à urbanização; cartas de perigo, vulnerabilidade e risco; outros mapeamentos de risco existentes à UR
- Outros mapeamentos necessários que serão relacionados pela Fipe no plano de trabalho.

AT-5. Discussão do conceito de macrozoneamento;

AT-6. Diretrizes e objetivos para o macrozoneamento;

AT-7. Realização de oficina regional;

AT-8. Estabelecimento das macrozonas;

AT-9. Definição das estratégias territoriais e do ordenamento territorial.

Entrega Produto 4: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

2.4. FASE 3 – Panorama regional – desenvolvimento regional

O desafio deste bloco analítico é o de articular uma visão regional a partir das características específicas da unidade regional em relação às funções públicas de interesse comum (FPICs), que afetam o desenvolvimento adequado de seu território e a qualidade de vida da população.

Este bloco terá como produto um retrato regional preliminar, que orientará os trabalhos das oficinas regionais. Os resultados serão publicados na plataforma.

Serão produzidos mapeamentos temáticos para auxiliar na análise da atual gestão das FPICs, incorporando os diversos estudos já produzidos da UR, sob diferentes enfoques e que se relacionam com os planos setoriais e municipais a serem considerados na elaboração do PDUI.

O panorama parte de questões gerais – aqui levantadas – que constituirão a base para a construção de um quadro de referência. Essas questões contribuem para delimitar o universo de estudo; indicar as possíveis fontes de análise e auxiliar na construção de cenários de desenvolvimento para a região estudada. As respostas adequadas às questões regionais estratégicas serão a base para a formulação de diretrizes e propostas articuladas e centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano.

Quadro Geral das FPICS da RMSJRP

Lei Complementar nº 1.359 de 24 de agosto de 2021 Cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto e dá outras providências correlatas.
Artigo 7º - O Conselho de Desenvolvimento especificará as funções públicas de interesse comum ao Estado e aos municípios da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, dentre os seguintes campos funcionais:
I. Planejamento e uso do solo
II. Transporte e sistema viário regional
III. Habitação
IV. Saneamento ambiental
V. Meio ambiente
VI. Desenvolvimento econômico
VII. Atendimento social
VIII. Esportes e lazer
IX. Turismo

No âmbito das FPICs, definidas baseado no que está estipulado na lei de formação da Unidade Regional, o panorama deverá abranger pelo menos quatro temas norteadores do desenvolvimento dos produtos do projeto:

- Planejamento territorial e uso do solo
- Mobilidade e transporte
- Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos
- Desenvolvimento econômico

O objetivo geral é identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às FPICs, respeitando a especificidade da UR. A partir da definição das FPICs, outros temas não menos relevantes estarão contemplados de forma transversal.

Cada FPIC estabelece temas estratégicos de análise a serem minuciosamente avaliados por meio de mapas que trarão a visão atual da gestão dessas funções.

Os temas estratégicos para a análise da gestão atual das FPICs são:

- A gestão do uso do solo metropolitano é a FPIC com maior impacto no bem-estar da população, em especial, a mais vulnerável. É na regulação do uso e da ocupação do solo urbano e nos instrumentos e procedimentos de gestão urbana e ambiental que reside o maior desafio institucional do PDUI. Para isso, é essencial a análise e caracterização da mancha urbana, seu processo de expansão e das alterações do uso do solo.
- No tema meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, estarão presentes as análises das grandes unidades ambientais, com destaque para áreas de mananciais atuais e futuras, importantes para abastecimento humano de água; as principais bacias hidrográficas que existem na região, a criação e manutenção das unidades de conservação; a integração das redes de água e esgoto, a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, e as situações de risco e degradação ambiental que acarretam redução da qualidade de vida. Ainda nesta fase inicial, deverão ser identificados: os compartimentos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos

e a legislação ambiental com rebatimento na regulação do uso e ocupação do solo. Também devem estar presentes as indicações de possíveis conflitos socioambientais.

- ❑ A temática de mobilidade e transporte deverá focar especialmente o sistema viário regional, o transporte público, o transporte de cargas e as interdependências viárias nas áreas conurbadas, se houver. Serão analisadas as condições de provimento e da eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e à logística regional.
- ❑ No desenvolvimento econômico, as análises priorizarão a indicação de programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programas, e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade da UR.

Devem também ser levantados todos os documentos, legislações, mapas, planos setoriais vigentes e processos de planejamento anteriores: Lei Orgânica Municipal (LOM); Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS); leis que aprovam conselhos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) para definição de prioridade na aplicação dos recursos e códigos ambientais.

Dentre os planos setoriais a serem considerados (quando cabíveis), estão: Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), Plano Municipal de Saneamento Ambiental (PMSA), Plano Municipal de Resíduos Sólidos (PMRS), Plano Municipal de Áreas Verdes (PMAV) e Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PMMU).

As informações dos documentos coletados para o pré-diagnóstico relativas às FPICs terão tratamento georreferenciado, de maneira a possibilitar a análise integrada favorecendo e evidenciando insumos para o macrozoneamento.

A análise do conjunto dos conteúdos e informações possibilitará a consolidação de um pré-diagnóstico da UR como um todo. Esse diagnóstico será organizado em conformidade com os conteúdos previstos para a composição do PDUI, os quais consideram o disposto no § 1º do artigo 12, da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Cabe destacar que o estudo aqui focado promoverá uma visão sobre os problemas regionais, suas principais potencialidades e fragilidades na perspectiva de análise indicada por eixos temáticos a serem adotados como apoio à formulação das diretrizes e ações do PDUI.

Serão abordadas as dimensões demográficas, econômicas, de educação e saúde, ambiental e urbanística, visando não só a construção de um panorama regional, mas também evidenciar possíveis gargalos e desafios a serem enfrentados para um desenvolvimento sustentável.

A elaboração do pré-diagnóstico será acompanhada pela SDR, durante todas as etapas, tomando conhecimento dos documentos utilizados e, se necessários, providenciando sua complementação. A versão inicial do pré-diagnóstico deverá ser discutida e aprovada. Caso sejam solicitados ajustes, a Fipec deverá providenciar todos os materiais e efetivar os possíveis acertos.

a. Pontos a serem abordados

- ❑ Dinâmica urbana;
- ❑ Dinâmica econômica e social;
- ❑ Rede de centralidades em função da metropolização;

- FPICs quadro geral e impactos no território;
- Temas específicos por transversalidades definidas no TR.

b. Questões orientadoras da análise

Dinâmica urbana e demográfica

O panorama regional deverá conduzir pesquisas, análises e reflexões que sejam capazes de responder as questões colocadas em cada um dos temas acima descritos e descrever quais são os desafios colocados para o desenvolvimento regional da UR. O propósito é de trazer uma leitura, além de uma visão analítica e crítica, das questões relacionadas a cada tema abordado.

No que se relaciona à dinâmica urbana, uma das principais questões a ser abordada refere-se ao entendimento das dinâmicas demográficas, ou seja, como elas vêm impactando nas distintas porções da UR. A resposta a essa questão auxiliará a produção de um macrozoneamento e indicação de zonas para intervenção e investimentos estruturadores do território. Mais além, cabe questionar em que medida pode estar ocorrendo um descompasso entre o crescimento populacional e a localização das atividades produtivas, a fim de recomendar ações que possam melhorar a competitividade e a urbanização inclusiva.

Outra questão refere-se à análise dos deslocamentos populacionais no sentido de dimensionar e caracterizar como os processos migratórios e pendulares vêm afetando a expansão urbana da UR e qual a relação entre eles. A análise dos movimentos pendulares internos e externos deverá trazer subsídios para as indicações de quais os principais pontos dos territórios podem ter um papel relevante para novas e/ou para reforço de incipientes centralidades.

O perfil de renda e escolaridade daqueles que fazem movimento pendular deverá indicar o que se pode planejar em relação a esses fluxos que ocorrem principalmente através do viário principal ou das principais rodovias.

O panorama trazido pelo estudo da mobilidade, transporte e logística deverá trazer o levantamento da hierarquia viária da UR, dos sistemas de transporte intermunicipal, a identificação de grandes fluxos de movimentos pendulares intrarregional e a conexão do sistema viário regional com o entorno imediato para identificação de eixos de passagem.

As análises devem produzir respostas às questões abaixo formuladas:

- Como as dinâmicas demográficas (taxas de crescimento projetadas, movimentos migratórios e pendulares) impactam nas distintas porções do território da região a ser estudada?
- Como entender as dinâmicas demográficas, quantificando e hierarquizando os processos, tendo como unidade de referência o município?
- Tendo em vista os movimentos pendulares internos e externos, quais os principais pontos/porções dos territórios que poderiam ter um papel relevante diante de expectativas positivas para novas/ou reforço de incipientes centralidades?
- Dado o perfil (renda e escolaridade) daqueles que fazem movimento pendular, o que se vislumbra com relação a esses fluxos que ocorrem principalmente através do viário principal ou das principais rodovias?
- Como a conectividade física, deslocamento de cargas, vem influenciando no processo de urbanização?

- Qual a relação da estrutura urbana (viário, eixo de desenvolvimento e rede de cidades) X mancha urbana (incluir também a ocupação rural produtiva)?
- Qual a tendência de crescimento da população e da mancha urbana, a partir do MZ do PDE e do próprio zoneamento municipal?

Dinâmica econômica

Nesse tema, o objetivo geral do panorama regional é de realizar um levantamento detalhado da evolução econômica da Unidade Regional, com foco nas suas implicações na estrutura industrial, na agropecuária e no setor de serviços.

Para dar suporte a essa temática, algumas questões deverão nortear a análise, entre elas: i) o perfil predominante da atividade econômica na UR e ii) como se organiza a cadeia produtiva de tais atividades.

As respostas a tais questões permitirão entender quais são as cadeias produtivas que devem ser trabalhadas/reforçadas na UR para incremento da inserção competitiva.

Além disso, cabe entender como cada uma das atividades impacta o meio ambiente, a fim de considerar uma análise integrada do investimento em atividades produtivas, considerando ativos ambientais existentes e as áreas de interesse ambiental, bem como a presença de área de grandes equipamentos econômicos e área de interesse social.

Tais análises devem levar em conta os investimentos em curso e planejados, que permitirão interpretar em que medida estes atendem a uma lógica de dinamização da economia.

Será preciso identificar o potencial de investimento e de endividamento dos municípios integrantes da UR e, para tanto, faz-se necessária uma criteriosa análise das contas públicas, basicamente da evolução das receitas e sua composição e do comportamento das despesas. Essa análise permitirá avaliar a capacidade dos municípios em participar de investimentos conjuntos para desenvolvimento da região.

As análises devem produzir respostas às questões abaixo formuladas:

- Qual o perfil predominante da atividade econômica na região? Como se organiza a cadeia produtiva de tais atividades?
- Tais cadeias incluem as transformações digitais na indústria, mais especificamente o modelo 4.0 e 5.0? Qual o grau de inserção nas cadeias globais de valor?
- Nos setores relevantes da UR, observa-se encurtamento das cadeias, com maior peso dos blocos econômicos regionais e locais?
- Os setores preponderantes carregam tecnologia e inovação?
- A partir das respostas às questões acima, quais são as cadeias produtivas que devem ser trabalhadas/reforçadas na UR para incremento da inserção competitiva?
- Como cada uma das atividades impacta o meio ambiente? A resposta a essa questão deverá propiciar uma análise integrada do investimento em atividades produtivas considerando ativos ambientais existentes e as áreas de interesse ambiental, bem como a presença de área de grandes equipamentos econômicos e área de interesse social.

- Quais são os gargalos de infraestrutura que se apresentam para o reforço das atividades produtivas? Identificar os *drivers* do desenvolvimento regional em direção a novos eixos logísticos frente à infraestrutura de mobilidade, avaliando se são satisfatórias;
- Quais são os investimentos em curso e planejados para a região? Eles atendem a uma lógica de dinamização da economia?
- Quais são os fatores locacionais presentes nas decisões de investimentos nas regiões?
- Quais são as transformações no trabalho exigidas por tais atividades?
- Como está a evolução dos salários nominais médios?
- O município ou UR se manterá atrativo no médio prazo para novos investimentos de base tecnológica?
- Qual é a relação vaga X faixa etária X matrícula nas escolas municipais e estaduais, Etecs e Fatecs?
- Como se dá a evolução do número de matrículas em EAD? (EM, Etecs e Fatecs)
- Qual a rede de saúde disponível na UR? Qual o grau de atração que a UR exerce no atendimento e prestação de serviço em saúde? Rede de saúde X fluxos (AIHs)
- A mão de obra é qualificada? Há possibilidade de qualificação local? Dimensionar Etecs, Fatecs, Senais;
- Como está evoluindo a arrecadação própria do município? Grau de dependência de transferências constitucionais e capacidade de investimento/endividamento.

Funções Públicas de Interesse Comum

Transporte e Logística

Deverá ser analisado o sistema viário que atende e estrutura a Unidade Regional, composto pelas redes de infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroportuária. Esse é um tema intersetorial e deverá permear a análise de desenvolvimento econômico, da área ambiental e da dinâmica urbana, uma vez que o sistema viário e o transporte público são elementos estruturadores do espaço geográfico, especialmente no que tange ao uso e ocupação do solo, e ao desenvolvimento do território.

A proposta é o desenvolvimento de uma análise de cada um dos modais acima citados a fim de identificar: i) a qualidade do transporte em relação à mobilidade e acessibilidade; ii) a eficiência dos modais e iii) a integração entre eles.

As seguintes questões estruturam essa temática:

- Do ponto de vista da acessibilidade da população, como ocorrem os padrões de mobilidade urbana na região? Quais são os sistemas, redes de equipamentos e condições de deslocamento de pessoas? Quais são os fluxos de viagem de pessoas?
- Como se dá a escolha modal e os principais vetores de viagem de pessoas?
- Qual a infraestrutura de transportes existente para carga? (rodoviário, ferroviário, portos, aeroportos etc)
- Como se dá a articulação intermodal?
- De que forma deve acontecer a expansão do sistema viário e/ou alternativas de estruturação urbana a partir da mobilidade visando o desenvolvimento orientado do crescimento urbano metropolitano?

- Quais são os serviços associados existentes, como armazenagem, consolidação de cargas?
- Dimensionamento da questão da infra de cada polo/centralidade - mapeamento dos grandes equipamentos de saúde/educação/comerciais-shoppings centers/serviços

Meio ambiente e saneamento (recursos hídricos, saneamento, energia, resíduos sólidos)

Relacionado ao tema ambiental, o panorama regional deverá analisar, além da situação de abastecimento de água e atendimento de esgoto, o nível de integração das redes existente. Será importante dimensionar em que medida o crescimento da malha urbana vem exercendo pressões sobre os recursos naturais, que levam ao incremento do consumo de água e de infraestrutura para o saneamento.

As respostas às questões abaixo formuladas deverão auxiliar no planejamento integrado do uso do solo com vistas a serviços ambientais, de saneamento básico e alocação de aterros sanitários.

- Quais são as principais bacias hidrográficas que conformam a região a serem estudadas? Quais as atuais e futuras condições de disponibilidade dos recursos hídricos?
- Quais são as grandes unidades ambientais (áreas de mananciais atuais e futuras) que possuem interesse no diálogo intermunicipal e metropolitano?
- Quais são as obras em execução ou planejadas relacionadas a recursos hídricos?
- Como se dá o abastecimento de água no município e qual a situação de esgotamento sanitário, referente à coleta e tratamento? Quais são os operadores do sistema?
- Quais são as condições de tratamento e disposição dos resíduos de cada município?
- Há infraestruturas de caráter regional na questão de resíduos sólidos?
- Há iniciativas como consórcios intermunicipais para tratar a questão dos resíduos?
- Levantamento da produção e consumo de energia por município e região.

c. Levantamentos necessários

De maneira geral, o objetivo desta etapa é reunir dados, indicadores, técnicas de agrupamento, que podem ser adequadas para o desenvolvimento do panorama regional. Deverão ser produzidos mapas, em função da disponibilidade de dados atualizados, que permitam a análise da atual gestão das FPICs, e que tragam diretrizes para o planejamento e execução dessas funções.

Dinâmica urbana e demográfica

- População total urbana e rural
- TGCA população total, urbana e rural
- Taxa anual de migração
- Saldo migratório anual - migração pendular
- Pirâmide etária
- Razão de dependência
- População em idade escolar
- População por sexo
- Grau de urbanização
- Região de Influência
- Rede urbana paulista

Dinâmica econômica

- PIB municipal em R\$
- Variação real do PIB – Em %
- PIB per capita
- Composição do valor adicionado bruto por atividade econômica - PIB setorial
- Evolução do número de estabelecimentos total e da indústria de transformação por classe e tamanho
- Evolução do número de empregos formais
- Evolução da massa salarial nominal e real
- Evolução da estrutura setorial da indústria nas RMs, segundo o número de empregos formais
- Distribuição do número de empregos formais da indústria, segundo as classes de tamanho dos estabelecimentos nas RMs
- Comércio Exterior –evolução das exportação e importação por municípios e UR, principais produtos, destino e origem
- Investimentos e intenções de investimento – número de investimentos, valor, tipo (ampliação, implantação), descrição CNAE (setor)
- População Economicamente Ativa (PEA)
- População ocupada
- Empregos formais por setor
- Rendimentos médios do emprego formal
- Valor da produção rural
- Área colhida de cana de açúcar
- Área colhida de laranja
- Contas públicas municipais –receitas e despesas
- IPRS - Grupos
- IPRS - Municípios geral
- IPRS - Riqueza
- IPRS - Longevidade
- IPRS - Escolaridade
- IDH-M

Mobilidade e transporte

- Avaliação dos eixos rodoviários que fazem conexão com a UR, tanto de rodovias federais quanto estaduais;
- Avaliação do transporte coletivo e intermunicipal da UR que atende a população, análise da frota, linhas e demanda; fluxos de passageiros;
- Integração dos sistemas viários rodoviário e urbano, com levantamento de possíveis áreas de conflito ou mesmo inserção de rodovias no tecido urbano;
- Avaliação das atividades industriais e logísticas (depósitos, centros de distribuição, empresas transportadoras etc.) presentes nessas rodovias e como elas se articulam com outras regiões do estado e demais estados do país;
- Análise da circulação de cargas nas rodovias e dos formatos de escoamento da produção agrícola;

- Avaliação da infraestrutura aeroviária e da qualidade da conexão com o Brasil e o resto do mundo; aviação comercial, número de passageiros transportados, principais destinos.
- Identificação dos gargalos de infraestrutura que se apresentam para o reforço das atividades produtivas.

Meio ambiente e saneamento (recursos hídricos, saneamento, energia, resíduos sólidos)

- Levantamento das grandes unidades ambientais, com destaque para áreas de mananciais atuais e futuras, importantes para abastecimento humano de água;
- Principais bacias hidrográficas que existem nas regiões, incluindo a gestão dos recursos hídricos e levantamento de comitês de bacias e câmaras temáticas;
- As Unidades de Conservação (UCs) existentes/planejadas e as questões relativas aos planos de manejo e conselhos gestores;
- A integração das redes de água e esgoto, a coleta;
- Levantamento do tratamento e destinação final de resíduos sólidos, com identificação das infraestruturas (atuais e futuras) de caráter metropolitano ou regional, bem como sua localização e área atendida, incluindo aterros sanitários, coleta seletiva;
- Possíveis situações de risco e degradação ambiental que acarretam redução da qualidade de vida;
- Consumo de energia elétrica - residencial e industrial por setor;
- Índices de atendimento de água, esgoto e coleta de lixo;
- Índice de perda de água

A serem trabalhados

- Grau de diversidade da oferta de comércio e serviços: número total de classes de atividades de comércio e serviços relacionadas no quarto nível da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Em seguida, verificar o número de classes presentes em cada município investigado. Com isto, o grau de diversidade da oferta de comércio e serviços é obtido a partir do cálculo da razão entre o número de classes de cada município em relação ao total possível;
- Intensidade tecnológica na indústria segregada em alta intensidade, média alta intensidade, média-baixa intensidade e baixa intensidade. Método OCDE;
- Participação dos empregos formais segundo os níveis de intensidade tecnológica
- Valor Adicionado Fiscal (VAF);
- Quociente locacional – agropecuária, indústria e serviços - comparar a participação percentual de uma cidade em um setor particular com a participação percentual da mesma cidade no total do PIB da economia da RM.

d. Produtos e Atividades

P5. Panorama regional

AT-1. Reunir informações, estudos e pesquisas regionais, municipais, de setoriais do estado afinadas com a formulação de um diagnóstico regional e proceder a montagem das apresentações para as FPICs, com a organização dos temas transversais propostos pela coordenação.

AT-2. Selecionar indicadores definindo as principais fontes para caracterização da região, para a identificação de questões regionais, entraves e oportunidades e para indicações analíticas propositivas visando sua problematização, para tratamento nas oficinas regionais.

AT-3. Programar reuniões e organizar consultas junto aos principais atores envolvidos referentes aos campos funcionais a serem abordados e analisados no documento.

AT-4. Incorporação na base de dados das análises da estruturação territorial segundo as atividades urbanas e rurais e do uso e ocupação do solo urbano. Evolução da estrutura urbana e tendências de crescimento segundo as alterações do uso e ocupação do solo.

AT-5. Organização e programação de reuniões de trabalho para avaliação técnica da produção do pré-diagnóstico, denominado panorama regional.

AT-6. Com base nos levantamentos e análises do panorama regional, definição de sub-regiões que auxiliem no processo de leitura da Unidade Regional e na organização das etapas de participação social, em especial as oficinas regionais e audiências públicas.

Entrega do Produto 5: Três impressos em formato A4 ou A3 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

2.5. FASE 4 – Diagnóstico

A construção do diagnóstico abarcará a visão do território desenvolvida em consonância com o ordenamento territorial e o panorama regional, incorporando-se também as contribuições provenientes das oficinas regionais, após sua avaliação e sistematização.

O produto 7- Diagnóstico é um documento síntese. Será publicado na plataforma digital, que abrirá concomitantemente o registro para acolhimento de propostas de gestores públicos e da sociedade civil. As propostas encaminhadas deverão se fundamentar neste diagnóstico final.

A elaboração desta etapa divide-se em dois momentos: primeiramente, serão considerados os levantamentos de áreas temáticas, e as especificidades de análise da escala do planejamento urbano e regional, conforme desenvolvidos nos blocos 2 e 3. O segundo momento corresponde à interpretação e análise cruzada dos temas resultantes das áreas transversais, configurando o diagnóstico. (construído a partir dos resultados dos blocos 2 e 3 e da discussão das oficinas regionais)

O diagnóstico, portanto, informa a Fase 6 (Caderno de Propostas - Diretrizes e Projetos de Ação) e o Caderno de Sustentação do Projeto de Lei e tem como objetivo ser o elemento estruturador do PDU.

a. Pontos a serem abordados

- Sustentabilidade e processo de urbanização
- Desigualdade socioterritorial
- Desenvolvimento econômico e inovação
- Hub de infraestrutura
- Articulação interfederativa e setorial

b. Aspectos orientadores da análise

- 1. Sustentabilidade e processo de urbanização:** tem como objetivo correlacionar o patrimônio ambiental e recursos hídricos (área temática 5) – suas fragilidades, seus instrumentos de planejamento, gestão e estratégias de resiliência frente ao cenário de mudanças climáticas – com as condições de desenvolvimento econômico e social na unidade regional em análise. Em especial, participarão dessa matriz de análise a estruturação produtiva da unidade regional, com foco nos desequilíbrios na distribuição e acesso ao emprego, a distribuição de ativos urbanos potenciais (área temática 4), as condições de acesso a serviços urbanos (áreas temáticas 2 e 3) e a presença de políticas de geração de emprego e renda (área temática 4). Importante destacar também o cruzamento entre os recursos ambientais e o processo de urbanização, sobretudo os níveis de dispersão da área urbanizada (área temática 1) e as políticas voltadas às áreas não urbanizadas, embora parte do processo de metropolização.
- 2. Desigualdade socioterritorial:** terá como base de análise o levantamento da vulnerabilidade socioterritorial e a forma de inserção dos municípios nas dinâmicas regionais. Essa abordagem se realizará em múltiplos aspectos: a dimensão da política habitacional, em especial a caracterização de assentamentos precários e o enfrentamento do déficit habitacional (área temática 2); a dimensão infraestrutural, com foco nas condições de oferta de infraestrutura urbana, sobretudo de mobilidade (área temática 3); e a dimensão funcional, que apresentará os níveis de centralidade existente (área temática 1), o perfil econômico dos municípios e o papel que cumprem na unidade regional (área temática 4);
- 3. Desenvolvimento econômico e inovação:** tem como meta avaliar as condições de promoção de um ambiente inovativo na unidade regional, seja mediante políticas específicas ou pela sinergia de agentes econômicos existentes. Abordará a diversidade de atividades econômicas na UR (área temática 4), o grau de tecnologia incorporada nas atividades econômicas urbanas e rurais (área temática 4), os programas e parcerias de promoção da responsabilidade social, visando a superação das desigualdades (área temática 2) e o potencial de atuação do poder público como indutor dessa transformação (área Temática 7);
- 4. Hub de infraestrutura:** deverá avaliar as potencialidades e condições de distribuição e funcionamento das redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional. Serão abordadas as limitações e planos de expansão da rede básica de saneamento (área temática 6) e suas implicações ambientais (área temática 5), as estratégias para ampliação da conectividade urbana, com foco na promoção da acessibilidade de pessoas e melhoria nos fluxos da atividade logística (área temática 3);
- 5. Articulação interfederativa e setorial:** terá como foco a avaliação dos instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e os níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais, recorrentemente dissociadas. Envolve o panorama da administração pública (área temática 7), suas ferramentas e sistemas de monitoramento do planejamento urbano (área temática 1) e lacunas para a construção (e condução) de Funções Públicas de Interesse Comum.

c. Produtos e Atividades

P 7. Diagnóstico

AT-1. Levantamento de dados agrupados nas áreas temáticas, articulado com as coordenações dos blocos 2 e 3 e coordenação da Unidade Regional.

AT-2. Sistematização de dados, avaliação das áreas transversais e cruzamento com leituras e resultados preliminares dos blocos 2 e 3.

AT-3. Acompanhamento dos grupos de trabalho e oficinas regionais para incorporação de questões e contribuições nas áreas transversais.

AT-4. Consolidação das áreas transversais no Produto 7

AT-5. Acompanhamento do desenvolvimento do PDUI e síntese das áreas transversais nos cadernos Preliminar e Final de Propostas

Entrega do Produto 7: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

2.6. FASE 5 – Processo participativo – construção de consensos

a. Pontos a serem abordados

- Plataforma digital;
- Oficinas regionais;
- Grupos de trabalho;
- Audiências públicas.

b. Questões orientadoras da análise

- Adoção de abordagem regional para apresentar as análises prévias;
- Inserção municipal no contexto regional tanto das potencialidades, funções e oportunidades, quanto dos gargalos;
- Usar peças gráficas nas apresentações;
- Disponibilizar síntese dos documentos técnicos analíticos;
- Balanço das proposições com percentual de aceitação e rejeição de forma justificada;
- Elaborar ata de todas as reuniões das oficinas regionais, grupo de trabalho e audiências públicas.

c. Levantamentos e providências necessários

- Identificação dos atores relevantes para fazer parte do *mailing list* qualificado da UR, que deverá ser incremental;
- Listar mídias sociais na UR para replicar notícias;
- Identificação da contraparte municipal (interlocutor principal) na organização das oficinas regionais e nas audiências públicas;
- Solicitar aos prefeitos a urgente indicação dos integrantes das instâncias de discussão;
- Expedição de convites por email e confirmação ativa de presença dos principais atores cuja participação seja relevante nas reuniões (reforço telefônico para as ORs, GTs e APs);

- Disponibilidade de linha telefônica desbloqueada para interurbanos para confirmação de presenças;
- Infraestrutura para reuniões presenciais (P), híbridas (H) ou “on-line” (OL) – Atividades Previstas/Necessidade para as reuniões:
 - Pesquisa e definição de local adequado - P/H/OL
 - Banners e suporte - P/H/OL
 - Projetor, som, microfone, gravador de áudio para plenária e todas as salas dos GTs – P/H
 - Técnico para apoio em caso de emergência - P/H
 - Água/café - P/H
 - Registro fotográfico –captura de telas – P/H
 - Internet boa - H/OL
 - Conta zoom /Google Meet - H/OL
 - Lista de presença, registro de presença no chat e extração de relatório de participantes. Elaboração de atas – tópica e padrão – Elsa/Geni
 - Gravação e transcrição do áudio
 - Preparação para disponibilizar na plataforma

d. Calendário prévio dos eventos chaves

Oficinas regionais –agosto a setembro/2022 – datas a serem definidas

- A sugestão é que ocorram nas cidades sede identificadas a partir da proposição de sub-regiões, definidas pela SDR.

Grupos de trabalho – agosto a setembro/2022

- Reuniões *on-line* conduzidas pelo técnico responsável.
- Convocação e suporte.

Audiências públicas – novembro/2022

- Verificar junto ao Ministério Público a possibilidade de realizar por conjunto de municípios.
- Formato híbrido presencial e *on-line*.

e. Produtos e atividades

P6. Sistematização dos resultados das oficinas regionais

A partir do panorama regional deverão ser elaboradas atividades para aprimoramento do diagnóstico e da visão das principais questões regionais.

Nesse sentido, será realizado um conjunto de oficinas regionais na Unidade Regional em que serão apresentados e discutidos os primeiros documentos produzidos pela equipe técnica da Fipe.

Após as discussões ocorridas nas oficinas regionais, será produzido documento preliminar que sistematizará os consensos estabelecidos em torno do diagnóstico da Unidade Regional. Este documento, além da dinâmica urbana e socioeconômica regional, deverá apontar as atuais tendências de crescimento, enfocando os efeitos sobre o emprego, a renda, e também a análise de propostas, projetos e ações de interesse metropolitano, contidas nos Planos Diretores Municipais.

Também serão analisados os aspectos ambientais e sua relação com os marcos regulatórios e as dinâmicas territoriais, identificando conflitos socioambientais e entraves à promoção da coesão territorial e a garantia da sustentabilidade.

O PDUI, por ser essencialmente um plano territorial, deverá privilegiar o aporte de dados georreferenciados que produzam análises qualificadas para as FPICs nos espaços diferenciados da região, visando expressar suas dinâmicas próprias e futuras.

Principais atividades:

AT-1. Realização das oficinas regionais.

AT-2. Apresentação dos resultados das oficinas para a equipe da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos com destaque para possíveis incorporações de conteúdo, aprofundamento de análises e complementações.

Documento será publicado na plataforma do PDUI.

Entrega do Produto 6: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P8. Sistematização dos resultados dos GTs

A partir das propostas recebidas, as contribuições serão organizadas, classificadas e publicadas na plataforma do PDUI.

Para análise das propostas a contratante fornecerá os critérios de enquadramento e de formulação final.

Atividades a serem desenvolvidas pela Fipe:

AT-3. Organização das atividades dos GTs para discussão, análise e sistematização das propostas, segundo as temáticas tratadas no plano, observando:

AT-3.1. Identificação das questões e temáticas a serem tratadas com a especificação dos GTs a serem implementados.

AT-3.2. Preparação, programação e operacionalização da logística dos GTs por temáticas.

AT-3.3. Realização dos GTs: elaborar insumos técnicos cartográficos ou estatísticos para fundamentação das discussões.

AT-4. Tratamento das propostas recebidas segundo sua pertinência no plano - circunscritas às FPICs devem ser abordadas e terem escala de abrangência metropolitana.

Após o documento preparado e aceito conforme as atividades descritas, serão produzidos mapas sínteses resultantes das discussões dos GTs. Esses mapas sínteses devem expressar visualmente a interpretação espacial dos resultados encontrados no âmbito das discussões dos GTs.

As bases de análises resultantes de processo participativo deverão originar o Caderno Preliminar de Propostas.

Entrega do Produto 8: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P9. Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas

Planilha traçando o caminho percorrido da proposta desde sua recepção na plataforma até seu aproveitamento, ou não, mediante justificativas técnicas. Este relatório deverá ser um anexo ao Produto 10. Caderno Preliminar de Propostas

Entrega do Produto 9: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P11. Sistematização dos resultados das audiências públicas

As contribuições recebidas nas audiências deverão ser organizadas, classificadas e publicadas na plataforma.

Atividades a serem desenvolvidas pela Fipe:

AT-5. Realização das audiências públicas municipais ou sub-regionais.

AT-6. Tratamento das contribuições segundo sua pertinência no plano e sua aderência às propostas estruturadas e capítulos já existentes e desenvolvidos no Caderno Preliminar Propostas. A Contratante fornecerá os critérios de enquadramento e formulação final.

AT-7. Consulta a órgãos setoriais envolvidos para avaliação da consistência das contribuições.

AT-8. Formação de GTs para mediação de conflitos ou divergências pontuais que necessitem desta atividade.

As bases de análises resultantes de processo participativo serão insumos para a formulação do Caderno Final de Propostas.

Assim como os mapas resultantes das contribuições das audiências públicas são sínteses expressas por meio cartográfico para visualização e interpretação espacial dos resultados encontrados.

Entrega do Produto 11: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P12. Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições

Planilha traçando o caminho percorrido da contribuição desde sua recepção na audiência até seu aproveitamento, ou não, com justificativas técnicas. Este relatório deverá ser um anexo ao Produto 13 - Caderno Final de Propostas.

O Documento será publicado na plataforma digital.

Entrega do Produto 12: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

2.7. FASE 6 – Caderno de Propostas – diretrizes e projetos de ação

a. Pontos a serem abordados

- Versão preliminar;
- Versão final.

b. Questões orientadoras do trabalho

- ❑ Atas das oficinas regionais, do grupos de trabalho e das audiências públicas

c. Produtos e Atividades

P10. Caderno Preliminar de Propostas

Com base nos resultados obtidos anteriormente, será consolidada a primeira minuta do Caderno Preliminar de Propostas, a qual conterá os princípios, os objetivos, as diretrizes relativas ao ordenamento territorial, aos eixos temáticos para aplicação de políticas públicas transversais, à ação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, considerando a implantação da proposta de macrozoneamento, à articulação intersetorial das políticas públicas e à definição do sistema de monitoramento e avaliação na implantação dos projetos e ações do PDUI. Ainda constarão as ações estratégicas de curto e médio prazos resultantes das discussões realizadas nas fases precedentes.

O Caderno Preliminar de Propostas será discutido e aprovado pela SDR. Este documento orientará os trabalhos a serem realizados nas audiências públicas municipais.

AT-1. Sistematização da estrutura a ser aplicada na elaboração do caderno.

AT-2. Ajustes de conteúdos para a redação final do caderno promovida pelas atividades de discussões e sínteses proporcionadas por reuniões de trabalho.

Entrega do Produto 10: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

P13. Caderno Final de Propostas

Considerando os resultados obtidos nas etapas anteriores, será organizado juntamente com o Caderno Final de Propostas e do Relatório de Propostas e Contribuições, mais dois cadernos de sustentação, Caderno de Diagnóstico e Caderno de Método e Participação.

São eles as bases técnicas que devem fundamentar a lei do PDUI. O Caderno de Método e Participação apresenta a metodologia e o histórico do processo participativo combinado ao método de elaboração técnica dos produtos. O Caderno de Diagnóstico conterá a identificação e análise dos principais entraves ou gargalos ao desenvolvimento regional.

A Fipe deverá desenvolver as principais atividades:

AT-3. Redação final dos cadernos de sustentação: Caderno de Diagnóstico e Caderno de Método e Participação.

AT-4. Acompanhamento das discussões no Conselho de Desenvolvimento sobre a minuta do projeto de lei para elucidação de quaisquer dúvidas de produtos ou processos.

Entrega do Produto 13: Três impressos em formato A4 e cópia de todos os arquivos utilizados no produto em meio digital.

2.8. FASE 7 – Subsídios ao PL

a. Pontos a serem abordados

- Caderno de subsídios;
- Minuta do PL;
- Mapa do macrozoneamento.

b. Produtos e Atividades

P14 - Mapa final do macrozoneamento e ordenamento do território;

Documento que representa o macrozoneamento proposto e acordado para a região e que deverá constar como anexo ao projeto de lei.

A Fipec deverá desenvolver as principais atividades:

AT 1. Discussão final do macrozoneamento com ajustes aos níveis regional e municipal.

AT 2. Reuniões para fechamento da edição do mapa final do macrozoneamento e ordenamento do território.

Entrega do Produto 14: Arquivo *shapefile* e imagem. Arquivo impresso e em meio digital do memorial descritivo de todas etapas e processos de trabalho empreendidos no macrozoneamento.

P15 - Cadernos de sustentação ao projeto de lei.

2.9. Apoio e infraestrutura

a. Pontos a serem abordados

- TIC- Plataforma digital;
- Produção de peças gráficas;
- Comunicação social.

b. Atividades – Plataforma digital

- Construção de plataforma do PDUI-RM SJRP;
- Definição da infraestrutura de hospedagem necessária para construir a plataforma;
- Fases da construção da plataforma: 1. Configuração da infraestrutura, logos e design visual, estrutura/sitemap; implementação de áreas dinâmicas e de área do processo participativo; implementação da área de propostas; instalação de relatório de acessos (estatística)- Google Analytics, homologação e lançamento.
- Configuração do ambiente de desenvolvimento FIPEC/SDR.

Atividades de comunicação social

Gerenciamento, redação e edição de conteúdo (técnico e institucional) de documentos para o PDUI da Região Metropolitana de São José do Rio Preto, totalizando 37 municípios.

1. Plataforma digital

- Coordenação do tráfego de informações na plataforma;

- Produção de conteúdo institucional para disponibilizar na plataforma;
- Produção de textos para a plataforma, a partir de informações repassadas pelas equipes técnicas, sobre as atividades/eventos previstos no cronograma de trabalho do plano;
- Fotos deverão ser produzidas pelas equipes técnicas;
- Atualização da seção de notícias na plataforma digital (o contratante deverá fornecer o clipping de notícias).

2. Redação e edição de textos técnicos

- Redação final e edição de 15 relatórios técnicos, de cerca de 100 páginas cada um, que serão produzidos pelas equipes técnicas (não inclui revisão gramatical e formatação);
- Montagem de apresentações em PPT, a partir de informações repassadas pelas equipes técnicas.

3. Produção de conteúdo para peças de marketing

- Redação e edição de textos para peças gráficas (folder, flyer, convite, banner);
- Produção de roteiros para vídeos institucionais de, no máximo, cinco minutos.

4. Produção gráfica dos relatórios e de ppt para apresentações diversas

- Projeto gráfico e diagramação dos produtos e subprodutos.

c. Levantamentos necessários

- Suporte de infraestrutura de internet das PMs para oficinas virtuais;
- Apresentação de reuniões a serem utilizados nas oficinas regionais e audiências públicas e grupos de trabalho.

d. Produtos e Atividades

- Produção de documentos editados;
- Produção de documentos de comunicação.

3. MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Diante da complexidade no desenvolvimento do trabalho, que envolve diferentes agentes governamentais e da sociedade civil, a contratada apresenta uma matriz de responsabilidade considerando as atividades de trabalho previstas por fase (ver item 7.3. ESCOPO DAS ATIVIDADES E RELAÇÃO COM PRODUTOS da proposta técnica) permitindo que cada agente assuma suas funções, para que se cumpra o cronograma de trabalho.

TABELA 1. Matriz de responsabilidade

Atividades	Responsabilidades	Secretaria de Assuntos Metropolitanos	Conselho de Desenvolvimento Regional	Prefeituras	Sociedade civil	Fiipe
1. Plano de trabalho						
Disponibilizar recursos para o planejamento do trabalho	P1. Plano de Trabalho	R				P
» Discutir e desenvolver a metodologia do trabalho		P				E
» Planejar e estruturar o banco de dados e trabalhos de referência						E
» Revisar e elaborar o fluxograma do processo de trabalho e matriz de responsabilidade		P		P		E
» Adaptar o guia metodológico						E
» Estruturar a plataforma eletrônica do projeto para a UR RMSJRP		E				R/P
» Formar os grupos de trabalho setoriais		E	A	P		A
» Organizar e agendar as oficinas regionais e as audiências públicas		E	V	E		A
2. Ordenamento territorial - Visão do território						
» Mapear PDE/MZ/zoneamentos	P2. Mapeamento do macrozoneamento e zoneamento municipais; P3. Mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais; P4. Mapa preliminar de macrozoneamento	P		P		E
» Estratégias de ação		P/E		P		E
» Redes de centralidade derivadas do PDE		P	A	P		E
» Proposta preliminar de MZ metropolitano		P	A	P		E
3. Panorama regional- Desenvolvimento regional						
» Dinâmica urbana	P5 - Panorama regional					E
» Dinâmica econômica e social						E
» Rede de centralidades em função da metropolização						E
» FPICs - quadro geral e impactos no território		P	V	P		E
» Temas específicos por transversalidades definidas no TR		A	A	A		E

LEGENDA:

R responsável; **P** participa; **A** acompanha; **C** consultado; **E** executa; **L** aprova e libera; **V** verifica e/ou valida

Atividades	Responsabilidades					
		Secretaria de Assuntos Metropolitanos	Conselho de Desenvolvimento Regional	Prefeituras	Sociedade civil	Fiipe
4. Diagnóstico						
» Inter-relação (integração) do ordenamento territorial e o panorama regional	P7. Diagnóstico final	P	A	P		E
» Potencialidades e conflitos regionais identificados		P	A	P		E
» Sistema de Áreas Verdes e Áreas Protegidas – SAVAP		P	A	P		E
» Sistema de mobilidade, transporte e logística		P	A	P		E
» Precariedade urbana e habitacional		P	A	P		E
» Indicação de rede de centralidades regional		P	A	P		E
» Indicação e conceito das zonas das MZ metropolitanas		P	A	P		E
» Indicação prévia de áreas de interesse metropolitano- AIM		P	A/V	P		E
5. Processo participativo - Construção de consensos						
» Plataforma	P6. Sistematização dos resultados das oficinas regionais; P8. Sistematização dos resultados dos GTs; P9. Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas; P11. Sistematização dos resultados das audiências públicas; P12. Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições	E		P	P	P/A
» Oficinas regionais		E	A	P/E	P	P/A
» Grupos de trabalho		E	A	E	P	P/A
» Audiências públicas		E	A	P/V	P	E/P/A
6. Caderno de propostas- Diretrizes e projetos de ação						
» Versão preliminar	P10. Caderno Preliminar de Propostas	P	A	P		E
» Versão final	P13. Caderno Final de Propostas	P	V	P		E
7. Subsídios ao PL						
» Caderno de subsídios » Mapa do macrozoneamento	P14. Mapa final do macrozoneamento e ordenamento do território	P	V	P		E
» Minuta do PL	P15. Cadernos de sustentação ao projeto de lei	P	V	P		E
8. Custos de infraestrutura (despesas correntes)						
» Contratação de soluções externas (audiências, cartografia)						E
» Arte gráfica		P				

LEGENDA:

R responsável; **P** participa; **A** acompanha; **C** consultado; **E** executa; **L** aprova e libera; **V** verifica e/ou valida

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E MATRIZ DE RISCO

TABELA 2. Cronograma de execução

Descrição / atividades	Início previsto	Término previsto	Duração (dias)
ADITIVO PROJETO FIPE - SDR - DURAÇÃO TOTAL PREVISTA	27/07/2022	26/12/2022	152
Bloco 1 - BANCO DE DADOS E PLATAFORMAS DIGITAIS	27/07/2022	25/08/2022	29
B1. AT1. Seleção de dados por município e agregação para a UR	27/07/2022	11/08/2022	15
B1. AT2. Construção de plataforma digital	27/07/2022	25/08/2022	29
B1.AT2.1 Definição da infraestrutura de hospedagem da plataforma	27/07/2022	11/08/2022	15
B1.AT2.1 Configuração do ambiente de desenvolvimento da plataforma	11/08/2022	25/08/2022	14
B1.AT3. Adequação e produção de Guia Metodológico	27/07/2022	11/08/2022	15
B1.AT4. Aprovação do Guia Metodológico pelo Conselho de Desenvolvimento	11/08/2022	18/08/2022	7
B1.AT5. Disponibilizar Guia Metodológico na plataforma digital	18/08/2022	25/08/2022	7
B1.AT6. Elaboração do plano de trabalho	27/07/2022	25/08/2022	29
P1 - APRESENTAÇÃO E ENTREGA DO PLANO DE TRABALHO	25/08/2022	25/08/2022	0
Bloco 2 - ORDENAMENTO TERRITORIAL	25/08/2022	28/09/2022	34
B2.AT1. Mapeamento dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais	25/08/2022	28/09/2022	34
B2.AT1.1 Levantamento de leis municipais referentes ao território	25/08/2022	28/09/2022	34
B2.AT1.2. Levantamento de contatos para interlocução técnica	25/08/2022	01/09/2022	7
B2.AT1.3. Mapeamento dos zoneamentos, macrozoneamentos, perímetros urbanos e zonas especiais	25/08/2022	10/09/2022	16
P2 - MAPEAMENTO DO MACROZONEAMENTO E ZONEAMENTO MUNICIPAIS	28/09/2022	28/09/2022	0
B2.AT2. Produção de mapa da leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamentos municipais	10/09/2022	28/09/2022	18
B2.AT2.1. Produção de relatórios municipais para validação de conceitos e sua aplicação	10/09/2022	28/09/2022	18
P3 - MAPA DE LEITURA UNIFICADA DOS ZONEAMENTOS E MACROZONEAMENTOS MUNICIPAIS	28/09/2022	28/09/2022	0
B2.AT3. Mapa Preliminar de macrozoneamento	10/09/2022	28/09/2022	18
B2.AT3.1. Formalização do contato para participação de técnicos das prefeituras	10/09/2022	17/09/2022	7
B2.AT3.2. Elaboração de metodologia	10/09/2022	17/09/2022	7
B2.AT3.3. Suporte à discussão quanto aos aspectos técnicos da leitura dos planos diretores	10/09/2022	17/09/2022	7
B2.AT4. Produção de mapas temáticos e realização de cruzamentos espaciais para análises	17/09/2022	24/09/2022	7
B2.AT5. Discussão do conceito de macrozoneamento	10/09/2022	25/09/2022	15
B2.AT6. Diretrizes e objetivos para o macrozoneamento	17/09/2022	28/09/2022	11
B2.AT7. Realização de Oficina Regional	29/08/2022	10/09/2022	12
B2.AT8. Estabelecimento das macrozonas	17/09/2022	28/09/2022	11
B2.AT9. Definição das estratégias territoriais e do ordenamento territorial	17/09/2022	28/09/2022	11

Descrição / atividades	Início previsto	Término previsto	Duração (dias)
P4 - MAPA PRELIMINAR DE MACROZONEAMENTO	28/09/2022	28/09/2022	0
Bloco 3 - PANORAMA REGIONAL	25/08/2022	28/09/2022	34
B3.AT1. Reunir informações, estudos e pesquisas regionais, municipais e de setoriais do estado	25/08/2022	09/09/2022	15
B3.AT2. Selecionar indicadores definindo as principais fontes para caracterização da região	25/08/2022	09/09/2022	15
B3.AT3. Programar reuniões e organizar consultas junto aos principais atores envolvidos	25/08/2022	09/09/2022	15
B3.AT4. Incorporação na base de dados das análises da estruturação territorial	09/09/2022	16/09/2022	7
B3.AT5. Organização de reuniões de trabalho para avaliação técnica da produção do pré-diagnóstico	16/09/2022	28/09/2022	12
B3.AT6. Definição de sub-regiões para leitura da Unidade Regional e etapas de participação social	09/09/2022	28/09/2022	19
P5 - PANORAMA REGIONAL	28/09/2022	28/09/2022	0
Bloco 4 - DIAGNÓSTICO	28/09/2022	25/10/2022	27
B4.AT1. Levantamento de dados agrupados nas áreas temáticas	28/09/2022	05/10/2022	7
B4.AT2. Sistematização de dados e cruzamento com resultados dos Blocos 2 e 3	05/10/2022	13/10/2022	8
B4.AT3. Acompanhamento dos Grupos de Trabalho e Oficinas Regionais	29/08/2022	10/09/2022	12
B4.AT4. Consolidação das áreas transversais	13/10/2022	25/10/2022	12
B4.AT5. Acompanhamento e síntese das áreas transversais - cadernos Preliminar e Final de Propostas	13/10/2022	26/12/2022	74
P7 - DIAGNÓSTICO FINAL	25/10/2022	25/10/2022	0
Bloco 5 - PROCESSO PARTICIPATIVO	29/08/2022	25/11/2022	88
B5.AT1. Realização de oficinas regionais	29/08/2022	10/09/2022	12
B5.AT2. Apresentação dos resultados das oficinas regionais para a Subsecretaria	10/09/2022	25/10/2022	45
P6 - SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS OFICINAS REGIONAIS	25/10/2022	25/10/2022	0
B5.AT3. Organização das atividades dos GTs	15/08/2022	29/08/2022	14
B5.AT3.1. Identificação das questões e temáticas a serem tratadas	15/08/2022	29/08/2022	14
B5.AT3.2. Preparação, programação e operacionalização da logística dos GTs por temáticas	15/08/2022	29/08/2022	14
B5.AT3.3. Realização das reuniões dos GTs	29/08/2022	10/09/2022	12
B5.AT4. Tratamento das propostas recebidas no plano, circunscritas às FPICs	10/09/2022	25/11/2022	76
P8 - SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DOS GTs	25/10/2022	25/10/2022	0
P9 - RELATÓRIO DO ENCAMINHAMENTO E APROVEITAMENTO DAS PROPOSTAS	25/11/2022	25/11/2022	0
B5.AT5. Realização das audiências públicas municipais ou sub-regionais	01/11/2022	11/11/2022	10
B5.AT6. Tratamento das propostas recebidas e sua aderência às propostas estruturadas	11/11/2022	25/11/2022	14
B5.AT7. Consulta a órgãos setoriais envolvidos para avaliação	11/11/2022	25/11/2022	14
B5.AT8. Formação de GTs para mediação de conflitos ou divergências pontuais	11/11/2022	25/11/2022	14

Descrição / atividades	Início previsto	Término previsto	Duração (dias)
P11 - SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	25/11/2022	25/11/2022	0
P12 - RELATÓRIO DO ENCAMINHAMENTO E APROVEITAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES	25/11/2022	25/11/2022	0
Bloco 6 - CADERNO DE PROPOSTAS	13/10/2022	26/12/2022	74
B6.AT1. Sistematização da estrutura a ser aplicada na elaboração do caderno	13/10/2022	01/11/2022	19
B6.AT2. Ajustes de conteúdos para redação final do caderno	01/11/2022	25/11/2022	24
P10 - CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS	25/11/2022	25/11/2022	0
B6.AT3. Redação final dos cadernos de sustentação	25/11/2022	26/12/2022	31
B6.AT4. Acompanhamento das discussões da minuta no Conselho de Desenvolvimento	25/11/2022	26/12/2022	31
P13 - CADERNO FINAL DE PROPOSTAS	26/12/2022	26/12/2022	0
Bloco 7 - SUBSÍDIOS AO PROJETO DE LEI	25/11/2022	26/12/2022	31
B7.AT1. Discussão final do macrozoneamento com ajustes aos níveis regional e municipal	25/11/2022	10/12/2022	15
B7.AT2. Reuniões para fechamento da edição do Mapa Final do Macrozoneamento	10/12/2022	26/12/2022	16
P14 - MAPA FINAL DO MACROZONEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	26/12/2022	26/12/2022	0
P15 - CADERNO DE SUSTENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI	26/12/2022	26/12/2022	0
Bloco 8 - APOIO E INFRAESTRUTURA	27/07/2022	26/12/2022	152

5. ALOCAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA E CONSULTORES

Prof. Dr. Andrea Sandro Calabi (economista). Coordenador do Estudo Fipe-SDR.

Profa. Dra. Marta Dora Grostein (arquiteta urbanista). Vice-coordenadora e pesquisadora com foco nas análises urbanísticas e socioterritoriais.

Rovena Maria Carvalho Negreiros (advogada e gestora pública). Coordenadora executiva do estudo e pesquisadora com foco em gestão metropolitana e desenvolvimento regional e urbano.

Marcos Campagnone (gestor público). Coordenador executivo do estudo com foco na articulação institucional.

Profa. Dra. Regina Maria Prospero Meyer (arquiteta urbanista). Consultora em análises urbanísticas e físico territoriais.

Prof. Dr. Francisco Vidal Luna (economista). Consultor em aspectos econômicos e de gestão pública.

Marlon Rubio Longo (arquiteto urbanista). Pesquisador sênior em análises urbanísticas físico territoriais e socioeconômicas, coordenador da UR.

Roberta Fontan Pereira Galvão (arquiteta, ciência ambiental e geoprocessamento). Pesquisadora sênior em análises urbanísticas e físico-territoriais. Produção de mapas temático (georeferenciamento) e montagem do banco de dados do estudo.

Bruno Oliva (economista). Pesquisador sênior em análises socioeconômicas e montagem do banco de dados do estudo.

Maria Lucia Figueiredo Bueno de Camargo (economista). Pesquisadora sênior em análises socioeconômicas e administrativas.

Mauricio Hoffman (economista). Apoio e realização de audiências públicas e representações governamentais.

Luciana Souza Damasceno Casa (relações públicas). Especialista em mobilização, cerimonial e gestão de eventos institucionais. Organização do processo participativo.

Ana Lucia Carvalho (advogada). Especialista em redação jurídico normativa e de documentos regulatórios de gestão pública, minuta de projetos lei.

Margareth Cunha Lemos (jornalista). Coordenadora. Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Célia Moreno (jornalista). Especialista em produção de conteúdo e projetos editoriais voltados à comunicação social.

Andre Cury (gestor em tecnologia). Especialista em programação, marketing digital e visual designer, responsável pela montagem e alimentação das plataformas digitais.

Rafael Giorgi Costa (arquiteto urbanista e geógrafo). Análises em planejamento urbano e regional, gestão ambiental e desenvolvimento urbano sustentável.

Herlan Alcântara (geógrafo). Especialista em geoprocessamento e análises em desenvolvimento urbano e regional.

Fabiana Coelho (bióloga). Especialista em gestão ambiental e desenvolvimento sustentável e análise em desenvolvimento urbano e regional.

Felipe Dutra Dias (engenheiro ambiental e urbano). Especialista em planejamento e gestão do território e análise em desenvolvimento urbano e regional.

Geni Toffoli (bibliotecária). Especialista em normalização da informação e documentação, serviço de referência.

Guen Yokoyama (editor gráfico). Editoração dos relatórios e documentos de divulgação.

Rosângela Monteiro (secretária).

Carolina Abdalla Braga (bolsista de economia).

Sarah Rolindo (bolsista de arquitetura e urbanismo).

6. REFERÊNCIAS

Anexos

Anexo 1. Áreas temáticas

Área temática	Tema	
1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades	1.1	Inserção da unidade regional na rede urbana paulista
	1.2	Caracterização da área urbanizada: padrões de parcelamento do solo, descontinuidades, vetores de crescimento
	1.3	Caracterização do uso e ocupação do solo: predominância de usos e tipologias
	1.4	Distribuição de ativos urbanos e econômicos - equipamentos públicos de inserção regional
	1.5	Dinâmica demográfica
	1.6	Regulação urbanística municipal
	1.7	Rede de centralidades
2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos	2.1	Indicadores de condições de vida
	2.2	Aspectos demográficos
	2.3	Levantamento de assentamentos precários
	2.4	Caracterização da política habitacional
	2.5	Análise da produção habitacional, ações de regularização e intervenções específicas
	2.6	Distribuição e acesso a serviços e equipamentos públicos
3. Mobilidade, transporte e logística	3.1	Avaliação da conectividade intermunicipal, da abrangência e oferta das infraestruturas de mobilidade
	3.2	Caracterização dos deslocamentos
	3.3	Transporte de cargas e polos logísticos
	3.4	Planos, programas e projetos estruturantes de abrangência regional
4. Dinâmica econômica	4.1	Perfil econômico dos municípios e inserção na unidade regional:
	4.2	Caracterização da atividade econômica da unidade regional
	4.3	Comércio exterior – exportação e importação – principais produtos
	4.4	Caracterização dos empregos e sua distribuição regional.
	4.5	Geração de emprego, renda e qualificação da mão de obra
	4.6	Investimento e intenções de investimento
	4.7	Inovação e economia criativa
	4.8	Acesso à internet
	4.9	Caracterização da produção agrícola
5. Dinâmica ambiental e recursos hídricos	5.1	Sistema de áreas verdes e áreas protegidas
	5.2	Áreas de risco ambiental. Mitigação em relação aos eventos extremos. Resiliência urbana.
	5.3	Recursos hídricos: aspectos hidrográficos, físicos, quantitativos e qualitativos das águas
	5.4	Instrumentos de proteção de áreas de interesse ambiental
	5.5	Conjuntos paisagísticos

Área temática	Tema
6. Infraestrutura urbana	6.1 Panorama da política municipal e regional do saneamento
	6.2 Abastecimento e segurança hídrica
	6.3 Esgotamento sanitário
	6.4 Drenagem e manejo das águas pluviais
	6.5 Gestão dos resíduos sólidos
	6.6 Matriz energética – caracterização, consumo de energia elétrica (residencial e industrial por setor) e planos de diversificação
7. Gestão pública e governança regional	7.1 Estrutura de articulação regional
	7.2 Quadro fiscal dos municípios: arrecadação, capacidade de investimento e endividamento
	7.3 Órgãos, instrumentos e sistemas integrados de planejamento, gestão e monitoramento das ações públicas

Anexo 2. Áreas transversais

Área transversal	Temas orientadores para análise
1. Sustentabilidade e processo de urbanização	1.1. Inserção regional e estruturação metropolitana
	1.2. Expansão e dispersão da área urbanizada
	1.3. Fragilidades ambientais e instrumentos de proteção e conectividade
	1.4. Efetividade da regulação urbanística e do ordenamento territorial
2. Desigualdade socioterritorial	2.1. Desequilíbrios socioeconômicos
	2.2. Acesso a equipamentos e ativos econômicos
	2.3. Precariedade habitacional e política de habitação de interesse social
3. Desenvolvimento econômico e inovação	3.1. Perfil econômico dos municípios e diversificação das atividades
	3.2. Perspectivas de investimento e impasses ao desenvolvimento econômico
	3.3. Incentivo à inovação e tecnologia
4. Hub regional de infraestrutura	4.1. Mobilidade e acessibilidade regional
	4.2. Universalização dos serviços de saneamento básico
	4.3. Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos
	4.4. Consumo, geração e diversificação da matriz energética
5. Articulação interfederativa e setorial	5.1. Potencialidades e lacunas na gestão das FPICs

Anexo 3. Referências bibliográficas

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (RMSJRP)

SÃO PAULO (ESTADO). Lei Complementar Nº 1.359, de 24 de Agosto de 2021. Cria a Região Metropolitana de São José Do Rio Preto e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 25 Agosto 2021, P. 1. Disponível Em: http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/?datapublicacao=20210825&caderno=executivo_i&numeropagina=1. Acesso em: 17 Março 2022.

SECRETARIA DE GOVERNO; FUNDAÇÃO SEADE. Nova Regionalização do Estado – Região Metropolitana de São José Do Rio Preto. Parecer Técnico. São Paulo: Seade, 2021. 16 P.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EEMPLASA; FUNDAÇÃO SEADE. Rede Urbana e Regionalização do Estado de São Paulo. São Paulo: Emplasa/Seade, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Regiões de Influência das Cidades – Região 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 17 Março 2022.

REIS FILHO, N. G. Notas Sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano. São Paulo: Editora Via das Artes, 2006.

PRODUTOS TÉCNICOS DE OUTRAS UNIDADES REGIONAIS DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO - EEMPLASA. Aglomeração Urbana de Franca: Estudo Técnico. São Paulo: Emplasa, Set. 2017. 85 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/catalogoemplasa.aspx>. Acesso Em: 17 Março 2022.

SECRETARIA DA CASA CIVIL. EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EEMPLASA. Região Metropolitana de Ribeirão Preto: Relatório de Campo - 14 a 16 de Março e 03 a 07 de Abril de 2016. São Paulo: Emplasa, 2016. 80 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=20602>. Acesso Em: 17 Março 2022.

SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EEMPLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: Visão da Metrópole: Subsídios para Elaboração do PDUI – Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Emplasa, 29 Fev. 2016. 77 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=20601>. Acesso em: 17 Março 2022.

SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EEMPLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: PDUI e SIM-Emplasa – Sistema de Informações Metropolitanas do Estado de São Paulo. São Paulo: Emplasa, 19 Out. 2016. 30 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=20613>. Acesso em: 17 Março 2022.

SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EEMPLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: Método de Elaboração e Processo Participativo. São Paulo: Emplasa, Set. 2019. 74 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=21444>. Acesso em: 17 Março 2022.

- SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: Minuta do Projeto de Lei. São Paulo: Emplasa, Dez. 2018. 25 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=21442>. Acesso em: 17 Março 2022.
- SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico Final. São Paulo: Emplasa, Set. 2019. 105 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=21445>. Acesso em: 17 Março 2022.
- SECRETARIA DA CASA CIVIL; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: Guia Metodológico – Minuta. São Paulo: Emplasa, 2016. 18 P. Disponível em: http://multimedia.pdui.sp.gov.br/rmsp/docs_pdui/rmsp_docs_pdui_0015_guia_metodologico.pdf. Acesso em: 17 Março 2022.
- SECRETARIA DE GOVERNO; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMLASA. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI – Região Metropolitana de São Paulo: Caderno De Propostas. São Paulo: Emplasa, Abr. 2019. 213 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=21443>. Acesso em: 17 Março 2022.

UITS

- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO; EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMLASA. DNA do Território: Ferramenta de Planejamento. São Paulo: Emplasa, 2014. 27 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=20796>. Acesso em: 17 Março 2022.

DOCUMENTOS DE APOIO

- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. PEMC e Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: SMA, 13 Jul. 2012. 11 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/abrirarquivo.aspx?id=20267>. Acesso em: 17 Março 2022.
- SÃO PAULO (ESTADO). Decreto Nº 58.107, de 5 de Junho de 2012. Institui a Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo 2020, e dá Providências Correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, V. 122, N. 106, P. 1-14, 6 Jun. 2012. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?datapublicacao=20120606&caderno=doe-i&numeropagina=1>. Acesso em: 17 Março 2022.
- UNITED NATIONS. Nova Agenda Urbana. Conferência das Nações Unidas Sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III. Quito: United Nations, 20 Out. 2016. Versão para o português, 2019. 66 P. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/nua-portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 17 Março 2022.
- UNITED NATIONS. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: UN, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20agenda%20for%20sustainable%20development%20web.pdf>. Acesso em: 17 Março 2022.
- UNITED NATIONS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Tra-

dução Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil. New York: United Nations, 13 Out. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 17 Março 2022.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO – EMPLASA; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Definição de Critérios de Direcionamento dos Recursos do Novo Fundo de Desenvolvimento dos Municípios Metropolitanos. São Paulo: Emplasa; Fipe, Mar. 2013. 843 P. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.sdr.sp.gov.br/catalogoemplasa.aspx>. Acesso Em: 17 Março 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei N° 17.262, de 09 de Abril de 2020. Institui o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2020-2023. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, V. 130, N. 71, P. 1, 10 Abr. 2020. Disponível em: <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?datapublicacao=20200410&-caderno=doe-i&numeropagina=1>. Acesso em: 17 Março 2022.

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. GRUPO EXECUTIVO DA GRANDE SÃO PAULO – GEGRAN; SERVIÇO FEDERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO. Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo – PMDI. São Paulo: Gegran, 1970.